

Ata n.º 7/2012
do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 18 de julho de 2012, pelas 15h15, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para que foram convocados todos os Professores da Faculdade, com a ordem de trabalhos que se anexa (Doc.1).

Estiveram presentes os Professores Doutores: Marcelo Rebelo de Sousa, Fausto de Quadros, Paulo Otero, Eduardo Paz Ferreira, Maria Fernanda Palma, Pedro Romano Martinez, que presidiu, Luís de Lima Pinheiro, Pedro Pais de Vasconcelos, José Duarte Nogueira, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Fernando Araújo, Maria do Rosário Palma Ramalho, Paula Costa e Silva, Vasco Pereira da Silva, Maria Luísa Duarte, Eduardo dos Santos Júnior, Jorge Duarte Pinheiro, Jorge Reis Novais, Isabel Banond, David Duarte, Miguel Moura e Silva, Sílvia Alves, que secretariou, e Rute Saraiva.

Justificaram a sua ausência os Professores Doutores: António Menezes Cordeiro, Miguel Teixeira de Sousa, Pedro Barbas Homem e Dário Moura Vicente.

Estiveram ainda presentes os Professores Doutores Rui Guerra Fonseca e Elsa Dias Oliveira, membros da comissão de reforço de júris.

O Presidente do Conselho congratulou-se pela semana profícua quanto a provas académicas vivida na Faculdade, começando por referir o pleno sucesso das provas de agregação do Professor Manuel Januário da Costa Gomes e aludindo depois às provas de doutoramento dos novos Doutores: Susana Videira Branco, Nuno da Cunha Rodrigues, Gustavo Courinha e Guilherme d'Oliveira Martins.

Os Professores José Duarte Nogueira e Eduardo Paz Ferreira tomaram então a palavra para, depois de felicitarem o Presidente do Conselho pelo significativo aumento do número Doutores ocorrido sob a sua presidência e o consequente reforço da Faculdade, informarem o Conselho sobre o modo como decorreram as várias provas de doutoramento, dando as boas vindas aos novos Doutores.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa associou-se às palavras dirigidas ao Presidente do Conselho, felicitou o Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas e o Grupo de Ciências Jurídico-Económicas, dando também nota da sua participação nos vários júris. Finalmente, propôs dois votos, unanimemente aprovados pelo Conselho: um voto de louvor à Professora Maria da Glória Garcia pela sua escolha para o cargo de Reitora da Universidade Católica Portuguesa; e um voto de solidariedade e simpatia ao Professor Luís Carvalho Fernandes, que se encontrava gravemente doente.



A Professora Maria Fernanda Palma expressou, em nome do Professor António Menezes Cordeiro, as felicitações do Grupo de Ciências Jurídicas pelo sucesso das provas de agregação do Professor Manuel Januário da Costa Gomes, bem como das provas de doutoramento realizadas.

Os Professores Paulo Otero e Pedro Pais de Vasconcelos aderiram à deliberação de 27 de junho que aprovou por unanimidade o Parecer relativo à contratação do Professor José Luís Bonifácio Ramos por tempo indeterminado.

1. Aprovação da ata da reunião anterior

A Ata nº 6/2012, relativa à reunião de 27 de junho, foi aprovada, com as alterações propostas pela Professora Maria Luída Duarte, a propósito das quais se pronunciou também a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho.

2. Comissão de avaliação de docentes

Após ampla discussão, o Conselho deliberou a composição da comissão de avaliação de docentes, que será integrada:

- pelo Professor Pedro Romano Martinez, Presidente do Conselho Científico;
- pela Professora Maria João Estorninho, Presidente do Conselho Pedagógico;
- pelo Professor José Duarte Nogueira, Decano do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, substituído pelos outros professores do grupo nas suas ausências e impedimentos, e pelos Professores Pedro Barbas Homem, Eduardo Vera-Cruz Pinto e Isabel Banond;
- pelo Professor Eduardo Paz Ferreira, Decano do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas, e pelos Professores Fernando Araújo e Luís Moraes;
- pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa, Decano do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, substituído nas suas ausências e impedimentos pelo Professor Fausto de Quadros; e pelos Professores Carlos Blanco de Moraes e Maria Luísa Duarte;
- pelo Professor António Menezes Cordeiro, Decano do Grupo de Ciências Jurídicas, substituído nas suas ausências e impedimentos pelo Professor Miguel Teixeira de Sousa; pela Professora Maria Fernanda Palma e pelos Professores Manuel Januário da Costa Gomes e Eduardo dos Santos Júnior.

3. Doutoramento e pós-doutoramento

a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento

O Conselho admitiu a doutoramento Miguel da Costa António Carvalho, na área de Ciências Jurídico-Económicas, com o tema “A Regulação da Indústria do LNG, A estrutura Contratual e do funcionamento dos Mercados de LNG sob o Escrutínio do Direito da Concorrência” e sob a orientação do Professor Doutor Carlos Lobo.

O Conselho admitiu a doutoramento Andreo Aleksandro Nobre Marques, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “Da omissão inconstitucional do legislador: concorrência entre o poder legislativo e o poder judicial” e sob a orientação do Professor Paulo Otero.

O Conselho admitiu a doutoramento Joana Andreia Forte Pereira Dias, na área de Ciências Jurídico-Civis, com o tema “Garantias Especiais do Crédito e a Revisibilidade do Objeto das Garantias Mobiliárias no Panorama Atual das Garantias das Obrigações” (que apresenta como título provisório da dissertação) e sob a orientação do Professor Doutor António Menezes Cordeiro.

O Conselho deferiu o requerimento em que Beatriz Conde Miranda, admitida à preparação de doutoramento com o tema “A tutela – Interesse ou Direito? – das futuras gerações e o direito ecológico”, pede substituição do Professor Orientador, que passará a ser o Professor Doutor António Menezes Cordeiro.

O Conselho admitiu a pós-doutoramento a Doutora Antonia Durán Ayago, com o tema “Reflexões sobre o processo de construção do Direito Internacional Privado da União Europeia e a consequente desconstrução do Direito Internacional Privado nos Estados-Membros” e sob a orientação do Professor Doutor Dário Moura Vicente.

O Conselho, tendo em conta o Parecer do Professor Doutor Fernando Araújo (Doc.2), atribuiu a classificação de Muito Bom ao estágio de Pós-Doutoramento da Doutora Marcia Carla Pereira Ribeiro.

b) Constituição de júris

O Conselho aprovou a constituição do júri das provas de doutoramento de André Guilherme Tavares de Freitas, que apresentou a dissertação intitulada “A Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Penal: a Tutela da Vida Humana e da Integridade Física – Uma Perspetiva Jurídico-Constitucional”, na área de Ciências Jurídico-Políticas, especialidade Direitos Fundamentais, integrado pelos Professores Doutores: Marcelo Rebelo de Sousa; Paulo Otero (Orientador); Maria Fernanda Palma; Ana Maria Martins; Augusto Silva Dias; Jónatas Machado (Universidade de Coimbra); e José Manuel Damião da Cunha (Universidade Católica Portuguesa).

O Conselho adiou a constituição do júri das provas de doutoramento de Antonio Carlos Fontes Cintra, que apresentou a dissertação de doutoramento intitulada “Imputação do Erro Médico, Ponderação dos Riscos e Prova por Inferências”, na área de Ciências Jurídico-Civis e sob orientação do Professor José de Oliveira Ascensão.

4. Concursos para professor associado

Os membros do Conselho com a categoria de Professor Auxiliar ausentaram-se da sala. A Ata, na parte correspondente à ausência da Professora Secretária, foi elaborada pelo Presidente do Conselho.

O Conselho deliberou propor a abertura de concurso para professor associado nos grupos de Ciências Jurídico-Económicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídicas. Dependendo do cabimento orçamental e das necessidades docentes, a proposta poderia ser de abertura de concurso para dois professores associados em Ciências Jurídico-Económicas, quatro professores associados em Ciências Jurídico-Políticas e quatro professores associados em Ciências Jurídicas, mas, atendendo aos circunstancialismos referidos e à necessidade de justificação do carácter excecional do concurso, o número poderá ser reduzido para metade. A proposta de abertura de concurso, precisando o número efetivo de professores associados em cada grupo, indicando a justificação da excecionalidade de tal abertura e incluindo os critérios de apreciação dos candidatos será apreciada na reunião do Conselho de setembro. Com respeito à abertura de concurso em Ciências Jurídico-Económicas foi junta exposição subscrita pelo Professor Fernando Araújo (Doc.3).

5. Reclamações apresentadas ao Conselho Científico

Os Professores Auxiliares regressaram à reunião imediatamente antes do início deste ponto da ordem de trabalhos.

O Conselho adiou este ponto da ordem de trabalhos.

O Professor David Duarte pediu que fosse dada a conhecer a todos os membros do Conselho Científico a carta dirigida ao seu Presidente pelo Professor Jorge Miranda (Doc.4), assim como, em geral, os requerimentos enviados ao Conselho e dirigidos ao seu Presidente.

6. Comissão de reforço de júris

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, que pediu no início da reunião a antecipação deste ponto da ordem de trabalhos, e o Professor Pedro Pais de Vasconcelos relataram as dificuldades extremas com que a cadeira de Teoria Geral do Direito Civil se defrontava durante a época de exames, alertando o Conselho para a possibilidade de, pela primeira vez, se revelar inexequível terminar todas as provas até ao final do mês de julho. Os Professores Regentes da cadeira de Teoria Geral do Direito Civil expuseram as concretas circunstâncias ligadas à época de exames como o elevado número de alunos e de provas, as dificuldades logísticas e administrativas, a escassa composição da equipa docente e a

insuficiência do reforço de júris, nomeadamente perante a declaração de indisponibilidade de alguns docentes chamados, não obstante o esforço incansável da comissão de reforço de júris e, em particular, da sua presidente. Terminaram chamando a atenção para a necessidade de meditar sobre os dados apresentados e de promover a revisão do Regulamento de Avaliação.

A Professora Isabel Banond, presidente da comissão de reforço de júris, agradeceu as informações e a colaboração dos membros da comissão, descrevendo depois o trabalho desenvolvido pela comissão e as dificuldades com que, em concreto, se defrontou. Apresentou por fim ao Conselho as “Bases para um Regulamento de Serviço de Reforço de Júris” (Doc.5), elaborado pela comissão de reforço de júris, uma vez realizado o levantamento dos problemas identificados.

O Professor Eduardo Paz Ferreira cumprimentou os intervenientes pelo trabalho desenvolvido e apoiou a ideia de promover a revisão do Regulamento de Avaliação, lembrando a necessidade de articular esta competência do Conselho Pedagógico com a competência do Diretor quanto aos exames.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa manifestou a sua solidariedade para com os Professores Maria do Rosário Palma Ramalho e Pedro Pais de Vasconcelos e elogiou os esforços da comissão. Deu a sua aprovação à ideia de apreciar as propostas contidas nas “Bases para um Regulamento de Serviço de Reforço de Júris”, assim como de sensibilizar o Conselho Pedagógico para reponderar o Regulamento de Avaliação.

O Presidente do Conselho reiterou o seu agradecimento por todo o trabalho desenvolvido e agendou a apreciação das “Bases para um Regulamento de Serviço de Reforço de Júris” para a próxima reunião.

O Professor David Duarte propôs que a Professora Isabel Banond, presidente da comissão de reforço de júris, promovesse a divulgação do documento por via digital a todos os Professores.

7. Regimento do Conselho Científico

O Conselho adiou para a reunião de setembro este ponto da ordem de trabalhos.

8. Nomeação definitiva

Os membros do Conselho com a categoria de Professor Auxiliar ausentaram-se da sala. A Ata, na parte correspondente à ausência da Professora Secretária, foi elaborada pelo Presidente do Conselho.

a) Prof^a. Margarida Silva Pereira

O Conselho adiou este ponto da ordem de trabalhos.

b) Prof^a. Nazaré Costa Cabral

O Conselho foi informado do teor do Parecer subscrito pelos Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo (Doc.6), onde se conclui, tendo em conta os elementos expostos, que à Professora Nazaré Costa Cabral “deve ser renovado o vínculo com a Universidade, mantendo o seu contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado”. No parecer destaca-se a sólida formação jurídica e económica, a produtividade científica e a forma exemplar como a Professora Nazaré Costa Cabral exerceu várias funções institucionais, nomeadamente a de Secretária do Conselho.

O Parecer foi aprovado por unanimidade.

9. Pós-graduações e mestrado

Os Professores Auxiliares regressaram à reunião imediatamente antes do início deste ponto da ordem de trabalhos.

O Professor Eduardo Paz Ferreira submeteu ao Conselho:

- o “X Curso de Pós-Graduação de especialização em Direito Fiscal 2012/2013” (Doc.7);
- e a “IV Pós-Graduação de Especialização em Mercados Financeiros: Funcionamento e Regulação do Sistema Financeiro 2012/2013” (Doc.8).

O Conselho aprovou ambos os cursos, assim como os respetivos regulamentos.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa pediu ao Conselho a renovação dos cursos de pós-graduação organizados pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas no ano letivo passado, cuja documentação será apresentada oportunamente.

A Professora Fernanda Palma formulou idêntico pedido quanto aos cursos de pós-graduação organizados pelo Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais que terão lugar no próximo ano letivo.

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto informou o Conselho da celebração do “Protocolo de Colaboração entre a Faculdade de Direito de Lisboa e o Município da Covilhã” (Doc.9), no âmbito do qual se realizará o “I Curso Pós-Graduado de Atualização sobre Direito da Informática” (Doc.10) e o “I Curso Pós-Graduado de Atualização sobre Direito das Autarquias Locais” (Doc.11).

O Conselho aprovou os júris de mestrado em Direitos Fundamentais - Mestrado Científico (Doc.12); em Ciências Jurídico-Internacionais – Mestrado Científico (Doc.13); em Direito Administrativo – Mestrado Científico (Doc.14); em Ciências Jurídico-Políticas – Mestrado Científico (Doc.15); em Ciências Jurídico-Internacionais – Mestrado Científico (Doc.16); em Ciências Jurídico-Ambientais – Mestrado Científico (Doc.17); em Ciências Jurídico-Políticas – Mestrado Científico (Doc.18); em Direito Internacional e Relações Internacionais – Mestrado Profissionalizante (Doc.19); e em Direito Administrativo – Mestrado Profissionalizante (Doc.20).

O Conselho deliberou não nomear júri para apreciação e discussão pública da dissertação de Ana Gabriela Ferreira da Rocha, intitulada “Conceitos de Direito Europeu em matéria Fiscal: Interpretação Autónoma e Pluralismo Jurídico”, por falta de correspondência entre o tema da dissertação e a área de especialização em que a candidata se encontra inscrita (Mestrado em Direito, área de especialização: Direito Comercial).

O Presidente do Conselho pediu a todos os Grupos que procedessem à designação dos júris de mestrado ainda não constituídos.

10. Distribuição de serviço

A distribuição do serviço docente para o ano letivo de 2012/2013 foi entregue por todos os Grupos, sem prejuízo das lacunas ainda existentes e das pontuais alterações que se revelem necessárias (Doc.21: Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas; Doc.22: Grupo de Ciências Jurídico-Económicas; Doc.23: Grupo de Ciências Jurídico-Políticas; Doc.24: Grupo de Ciências Jurídicas).

11. Centenário da Faculdade

O Diretor informou o Conselho sobre o estado dos vários projetos ligados à comemoração do Centenário da Faculdade: o livro sobre a história da Faculdade, reiterando a propósito o pedido para que se proceda ao envio dos verbetes e fichas pessoais; a organização de um congresso aberto ao mundo lusófono; e o livro sobre os espaços da Faculdade, já finalizado.

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto referiu ainda que, por sugestão da Assembleia da Faculdade, foi criado um boletim que deverá proceder à divulgação das atividades da Faculdade e que o último número da revista da Faculdade se encontra concluído. Finalmente, propôs um voto de louvor ao Professor Jorge Miranda, que cessou funções como presidente da comissão de redação. O Conselho aprovou unanimemente o voto de louvor.

12. Instituto de Direito Civil e de Processo Civil

O Presidente informou que o Professor António Menezes Cordeiro e o Professor Miguel Teixeira de Sousa formalizarão em breve junto do Conselho o pedido de validação do Instituto de Direito Civil e de Processo Civil.

13. Relações internacionais

O Professor Vasco Pereira da Silva, Coordenador do Gabinete Erasmus, transmitiu, em nome da Professora Ana Paula Dourado o pedido que lhe foi dirigido pelo advogado Aakriti Srivastav, que pretende realizar um programa de doutoramento na área do Direito Fiscal sob a responsabilidade de dois orientadores, a Professora Ana Paula Dourado e o Professor Rainer Prokisch, da Universidade de Maastricht.

O Conselho deu a sua anuência para a celebração de um convénio de doutoramento em cotutela entre a Universidade de Lisboa e a Universidade de Maastricht.

O Professor Fausto de Quadros congratulou-se pelo convite dirigido à Professora Ana Paula Dourado.

O Coordenador do Gabinete Erasmus transmitiu depois a proposta dirigida pela Universidade de Granada no sentido de celebrar um convénio tendo em vista a realização de doutoramentos em cotutela.

O Conselho deu a sua anuência para a celebração do convénio de doutoramento em cotutela entre a Universidade de Lisboa e a Universidade de Granada.

O Coordenador do Gabinete Erasmus informou o Conselho sobre os Cursos Intensivos que se realizarão ao longo do primeiro semestre: “Direito Constitucional Europeu: Crise Económica e Globalização” (Professor Balaguer Callejón da Universidade de Granada); “Introdução ao Direito Norte-americano” (Professor Patrick Ryan Hugg da Loyola University); “Limitação à Soberania dos Estados decorrentes da Integração Europeia” e “Relações Externas na União Europeia” (Prof. Rainer Arnold da Universidade de Regensburg); “Proteção dos direitos fundamentais na União Europeia” (Prof. Angelo Schilaci da Universidade de Teramo); “Filosofia do Direito e Teoria do Direito Público na Alemanha de Weimar” (Professor Massimo de la Torre da Universidade de Catanzaro); “Bioética” (Professor Pierre-Henri Prétot da Universidade Cergy-Pontoise).

Finalmente, Professor Vasco Pereira da Silva referiu-se ao Regulamento do “Curso de Pós-Graduação Erasmus em Direito Europeu, Global e Comparado” (“Erasmus Post-Graduates Studies on European, Global and Comparative Law”), que será apresentado ao Conselho.

O Professor Fernando Araújo, Presidente do Instituto do Direito Brasileiro informou o Conselho sobre a visita do Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da sua comitiva, assim como sobre o programa de intensificação das relações entre as duas Faculdades.

O Conselho recebeu depois a notícia da celebração, no dia 26 de agosto, do “Termo Aditivo” ao Acordo de Cooperação entre a ESMAPE (Escola da Magistratura do Estado do Pernambuco) e a Faculdade, destinado a regular o mestrado académico em Ciências Jurídicas e Direito Constitucional, para o período 2012/2013. Finalmente, o Professor Fernando Araújo analisou as perspectivas de realização futura de outros cursos de mestrado junto de instituições brasileiras.

O Diretor felicitou o Professor Fernando Araújo e informou que o orçamento da Escola destinado às relações internacionais não deverá sofrer alterações, apesar das dificuldades e restrições conhecidas. Destacou a importância e o crescimento da atividade internacional da Faculdade e, em particular, a política dos Professores Visitantes.

14. Cooperação

O Conselho aprovou o “I Curso de Pós-Graduação em Direito Municipal, do Ordenamento do Território, do Urbanismo e da Construção em colaboração entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde. 2013” (Doc.25), apresentado pelo Presidente do Conselho, em representação do Professor Dário Moura Vicente, Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica, que se encontrava ausente ao serviço da Faculdade.

15. Pessoal

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que a Professora Maria José Reis Rangel de Mesquita solicita ao Reitor a suspensão das suas funções como Professora Associada e da remuneração correspondente, por motivo de ter sido eleita para o cargo de Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 12 de julho, sem prejuízo de continuar a exercer funções docentes na Faculdade de Direito, sem remuneração.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Doutor João Manuel Cardão Espírito Santo Noronha, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professor Auxiliar, a suspensão do vínculo a partir da data da sua contratação como Professor Auxiliar até ao termo das funções de Vogal do Conselho da Autoridade da Concorrência e a sua contratação como docente convidado, pelo período que durar a suspensão.

O Conselho deferiu o requerimento em que a Doutora Susana Antas Fernandes Videira Branco, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professora Auxiliar.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Doutor Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como

Professor Auxiliar, informando ainda que continua a exercer funções de adjunto do Gabinete do Representante da República para a Madeira.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Doutor Gustavo André Simões Lopes Courinha, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professor Auxiliar.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Doutor Guilherme Waldemar Goulão Reis d'Oliveira Martins, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professor Auxiliar.

16. Informações

A Professora Maria Fernanda Palma informou o Conselho de que havia sido convidada para proferir uma comunicação na assembleia nacional constituinte da Tunísia, no âmbito da audição sobre regimes constitucionais da Comissão de Veneza, órgão consultivo do Conselho da Europa que integra enquanto Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e antiga Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional. Informou ainda que o Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa levará a cabo um ciclo de debates que terá o seu início em novembro, na Faculdade de Direito, que se associou ao evento.

O Presidente informou sobre o teor da carta dirigida ao Reitor, na sequência das deliberações do Conselho de 6 de junho quanto às alterações estatutárias (Doc.26). E, a pedido do Diretor, deu notícia da abertura de concurso para o lugar de Secretário-Geral da Conferência da Haia.

O Diretor, na sequência da carta que recebeu da Associação Académica (AADFD), pediu a todos os Professores para colaborarem no esforço de melhoramento da sua Editora.

Uma vez agendadas as próximas reuniões para os dias 26 de setembro, 24 de outubro, 21 de novembro e 12 de dezembro, o Presidente do Conselho desejou a todos boas férias e deu por terminada a reunião às 18.15h.

O Presidente do Conselho



(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

A Secretária do Conselho



(Professora Doutora Sílvia Alves)



Exmo(a). Senhor(a)

Prof.(a) Doutor(a)

Tenho a honra de convidar V. Exa. para a Reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia 27 de junho, quarta-feira, às 15h, na sala do Conselho Científico, com a ordem de trabalhos que se junta. Para esta reunião são convidados todos os professores da Faculdade.

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Comissão de avaliação de docentes;
3. Doutoramento e pós-doutoramento:
 - a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento;
 - b) Constituição de júris;
 - c) Regulamento do pós-doutoramento;
4. Carreira académica;
5. Regimento do Conselho;
6. Nomeação definitiva:
 - a) Prof^a. Margarida Silva Pereira;
 - b) Prof^a. Nazaré Costa Cabral;
 - c) Prof. José Luís Bonifácio Ramos;
7. Pós-graduações e mestrado;
8. Distribuição de serviço;
9. Centenário da Faculdade;
10. Relações internacionais;
11. Cooperação;
12. Pessoal;
13. Informações.

Lisboa, 20 de junho de 2012

O Presidente do Conselho Científico

Pedro Romano Martinez

Fernando Araújo
Faculdade de Direito
Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 LISBOA, PORTUGAL



16 de Julho de 2012

Ex.^{mo} Senhor

Presidente do Conselho Científico da
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa:

A Prof.^a Doutora **Marcia Carla Pereira Ribeiro**, da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, terminou recentemente os seus trabalhos de estágio de Pós-Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo eu tido o gosto de ser Supervisor desses trabalhos.

A Prof.^a Doutora Marcia Carla Ribeiro relatou os pontos mais destacados desses trabalhos em documento extenso que poderei remeter à apreciação do Conselho Científico, se for entendido necessário.

Em todas as actividades de estágio a Prof.^a Doutora Marcia Carla Ribeiro fez prova de um rigor e de uma capacidade de trabalho verdadeiramente invulgares, além de uma maturidade e originalidade de pensamento que vinham já atestadas pelo seu grau académico.

Participou assídua e activamente em tudo o que lhe foi solicitado, mormente em aulas e conferências, e frequentemente tomou iniciativas quanto a actividades e rumos de investigação e de debate.

Nomeadamente, a Prof.^a Doutora Marcia Carla Ribeiro deu aulas de graduação e de pós-graduação, destacando-se o protagonismo que cedo assumiu nas aulas do Mestrado Científico; promoveu na FDUL uma conferência internacional com palestrantes brasileiros, espanhóis, italianos e portugueses (23/1/2012, no tema "Estado, Mercado e Desenvolvimento"), seguida de conferências similares em Espanha (Sevilha) e na Itália (Bari); participou em palestras e congressos em Portugal e na Europa; e desenvolveu uma pesquisa, com abundante trabalho de campo, e em colaboração com o Prof. Doutor Weimar Freire da Rocha Junior (da Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE), sobre aspectos económicos do sector de bebidas frias em Portugal, como parte de um estudo de âmbito internacional (*Análise Económica da Disciplina Jurídica aplicável ao segmento de bebidas frias e vinho: uma análise comparativa Brasil/União Europeia*) em desenvolvimento de um livro já publicado em 2011 em coautoria com Weimar Freire da Rocha Junior, *Concorrência e Tributação no Setor de Bebidas Frias* (Belo Horizonte, Forum) – dando conta da evolução dos seus trabalhos numa apresentação realizada no Mestrado: "Concorrência no Setor de Bebidas Frias, uma Experiência de Análise Económica do Direito".

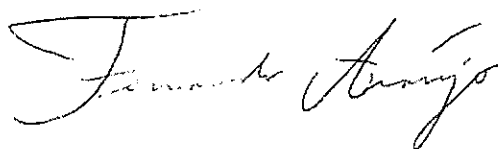
Em remate dos seus trabalhos de estágio, a Prof.a Doutora Marcia Carla Ribeiro apresentou resultados da investigação desenvolvida, como se tinha inicialmente comprometido a fazer:

1. "Análise Crítica das Cláusulas *Dispute Board*: Eficiência e Casos Práticos", em coautoria com Caroline de Almeida Sampaio;
2. "Sucumbência Recursal: Uma Contribuição da Análise Económica no Debate sobre a Conveniência de sua Criação no Sistema Processual Civil Brasileiro", em coautoria com Diego Campos;
3. "A Proteção do Conhecimento Tácito pelos Direitos de Propriedade Intelectual: Contribuição para os Arranjos Produtivos Locais", em coautoria com Vivian Amaro Czelusniak;
4. "Aspectos de Eficiência e Cooperação do Consórcio Público e do Gerenciamento de Resíduos Sólidos", em coautoria com Nahima Rzuk;
5. "Cooperação para a Efetividade dos Contratos Empresariais de Transferência de Tecnologia: Uma Análise Económica", em coautoria com Vivian Amaro Czelusniak.

Trata-se de excelentes estudos que servem de testemunho do nível mantido ao longo do período dos referidos trabalhos.

Em suma, a Prof.a Doutora Marcia Carla Ribeiro mostrou, em tudo, ser merecedora de aprovação final no seu estágio de Pós-Doutoramento, entendendo eu ser de toda a justiça propor a **classificação final de 18 valores (MUITO BOM, 18/20)**.

Aproveito para renovar a V. Ex.^a as minhas cordiais saudações académicas e pessoais.



Fernando José Borges Correia de Araújo
(Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

EXPOSIÇÃO

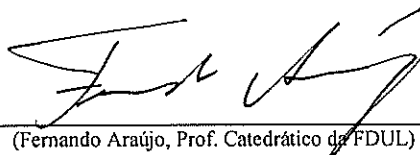
Ex.mo Senhor
Presidente do Conselho Científico
Faculdade de Direito
Universidade de Lisboa:

O Grupo de Ciências Jurídico-Económicas vive, há vários anos, uma situação de forte constrangimento no que respeita à renovação e à qualificação dos seus quadros docentes.

Especificamente no que respeita ao preenchimento das vagas de Professor Associado, há cinco anos que não é aberto concurso, pelo que se dá a singular situação de se perspectivar em breve que os dois Professores Associados possam preencher todos os requisitos para se apresentarem a concurso para Professor Catedrático, deixando inteiramente vago o quadro de Professores Associados no Grupo de Ciências Jurídico-Económicas.

Gostaria portanto de apelar à sensibilidade académica de V. Ex.a, e na sua pessoa apelar ao Conselho Científico, no sentido de ser apreciada esta situação que causa tantas dificuldades à gestão do Grupo e à planificação das suas actividades de docência e de investigação, no sentido de se poder considerar, ainda que a título excepcional, a abertura de concurso para o preenchimento de vagas de Professor Associado no Grupo de Ciências Jurídico-Económicas.

Lisboa e Faculdade de Direito, 18 de Julho de 2012,



(Fernando Araújo, Prof. Catedrático da FDUL)



Exmo. Senhor

Presidente do Conselho Científico,

1. Conforme consta da ata (n.º 4) da reunião de 9 de maio, o Conselho, na sequência de anterior deliberação genérica, reafirmou maioritariamente “a diretriz segundo a qual o orientador de teses de doutoramento e de mestrado deve preferencialmente ser professor da Faculdade em efetividade de funções e que, por princípio, os Professores aposentados, reformados ou jubilados só integram os júris para atribuição dos graus de doutor e de mestre ou júris dos concursos previstos no Estatuto da Carreira Docente Universitária nos casos em que a sua designação tiver ocorrido em data anterior à aposentação, reforma ou jubilação ou se a sua participação for essencial”.

2. Mas esta deliberação, tal como a anterior, deve considerar-se manifestamente ilegal, na parte respeitante aos júris para provas de mestrado e de doutoramento, por infração da alínea b) do n.º 3 do art. 83 do Estatuto da Carreira Docente Universitária, que, sem condicionamentos, nem restrições, prescreve que os professores aposentados, reformados ou jubilados podem ser membros desses júris - tal como a alínea c) lhes confere igual possibilidade quanto a júris para atribuição de título de agregado, de habilitação e de especialista.

3. Acresce que a diretriz - que é, para todo, os efeitos, um regulamento - ao pretender densificar a alínea b) do n.º 3 do art. 83.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária está também ferida de inconstitucionalidade, porque, segundo o art. 112.º, n.º 5 da Constituição, nenhuma norma de natureza não legislativa pode interpretar ou integrar qualquer preceito legal.

Desta tomada de posição irei dar conhecimento ao Reitor.

Lisboa, 21 de junho de 2012

(Prof. Doutor Jorge Miranda)

Comissão de Reforço de Júris

BASES PARA UM REGULAMENTO DE SERVIÇO DE REFORÇO DE JÚRIS

Considerando as dificuldades com que a Comissão de Reforço de Júris se tem deparado e de que tem tomado conhecimento na época de exames ainda em curso, bem como alguma experiência acumulada;

Considerando uma projecção empírica dessas mesmas dificuldades para próximas épocas de exame, que leva a crer uma acentuada progressão das mesmas, susceptível de colocar em causa a normalidade e a própria realização do serviço de exames;

Considerando que *o serviço de reforço de júris constitui serviço docente*, mas que tal nem sempre é bem compreendido pelos docentes, e em particular pelos convocados para o efeito pela Comissão;

Considerando que os recursos da Comissão, da mais diversa ordem, são manifestamente escassos relativamente ao que dela se pretende;

Considerando ainda dúvidas razoáveis relativamente aos poderes da Comissão, bem como aos critérios de resultantes do Regulamento de Avaliação (art. 25.º/2), para efeitos de selecção de docentes para o serviço de reforço de júris,

A Comissão de Reforço de Júris toma a iniciativa de apresentar ao Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa a seguinte sugestão de bases para um regulamento de serviço de reforço de júris:

I. Natureza do serviço de reforço de júris

- a. Considera-se serviço de reforço de júri toda a tarefa de avaliação prestada por um docente fora da equipa da disciplina correspondente a certa turma ou turno, no âmbito da qual lhe foi distribuído serviço docente lectivo (aulas práticas e/ou aulas teóricas).
- b. O serviço de reforço de júris constitui serviço docente, para todos os efeitos, e comporta a vigilância de exames, integração de júris em provas orais, e correcção de exames escritos.
- c. A recusa em prestar serviço de reforço de júri deve ser comunicada ao Director e ao Conselho Científico.
- d. As faltas a serviço de reforço de júri devem ter as mesmas consequências que aquelas a serviço de júri normal pelos docentes da disciplina respectiva.

II. Integração no serviço docente

- a. A responsabilidade pelo reforço de júris deve pertencer, primariamente, aos Grupos.
- b. Cada Grupo deve incluir o serviço de reforço de júris na sua distribuição anual de serviço docente, logo afectando docentes de

certas disciplinas ao reforço de júris de outras (que integrem o respectivo Grupo), contribuindo assim para a previsibilidade do citado reforço, e sensibilizando os docentes para a natureza e imperiosidade desta parte do serviço docente.

- c. Sem prejuízo da autonomia de cada Grupo, julga-se que para tal se deve entrar em linha de conta com (i) o número de alunos inscritos nas várias disciplinas; (ii) a natureza obrigatória ou optativa das disciplinas.
- d. Do ponto de vista subjectivo, julga-se que a consideração da circunstância dos docentes a prestar serviço de reforço de júri deve atentar nos seguintes aspectos: (i) estar o docente em regime de dedicação exclusiva ou não; (ii) estar o docente em momento próximo de entrega de dissertação ou da realização de provas académicas, independentemente de o mesmo se encontrar em regime de dedicação exclusiva, no período temporal da época de exames em que o reforço é necessário; (iii) vislumbrar-se a necessidade de reforço para correcção de exames escritos ou apenas para provas orais (evitando sobrecargas, quando seja possível).
- e. Em razão de um critério equitativo na distribuição do serviço de exames e de reforço de júris, tendo em conta os aspectos referidos em c. e d., deve admitir-se que alguns docentes possam ser afectos ao reforço de mais do que uma disciplina, e que outros possam disso ficar isentos.
- f. A distribuição de serviço docente em cada Grupo deve conter a escala relativa ao serviço de reforço de júris, aquando da respectiva comunicação ao Conselho Científico.
- g. Não há reforço de júris quando um dos membros do júri nos exames orais seja doutorado, nos termos do artigo 25.º/1 do Regulamento de Avaliação. Os Grupos podem optar por constituir júris com dois membros, sendo um deles doutorado, mas tal não releva para nenhum dos efeitos do Regulamento de Reforço de Júris, nem pode colocar em causa o respectivo cumprimento.

III. Reforço extraordinário

- a. Entende-se por reforço extraordinário aquele que não podia ter sido objecto de previsão, nos termos referidos em II.
- b. O reforço extraordinário pode ter lugar com recurso a docentes do próprio Grupo em que a necessidade se coloca, ou, excepcionalmente, com recurso a docentes de Grupo diferente.
- c. Em qualquer caso, só deve haver lugar a reforço extraordinário relativamente a disciplinas para as quais estava previsto reforço normal nos termos referidos em II, e para situações de impossibilidade efectiva por parte do docente normalmente afecto ao reforço.

- d. A impossibilidade referida em c. deve ser justificada nos mesmos termos e com o mesmos fundamentos das faltas dos docentes às aulas.
- e. Não estão obrigados à prestação de serviço de reforço de júri os docentes para o efeito contactados na sequência de pedido de reforço extraordinário de júri que não preencha as condições referidas em c. e d.
- f. Só deverá haver lugar a reforço extraordinário de júri quando, consoante a modalidade, (i) o número de exames escritos a corrigir ultrapasse os ____ por cada membro da equipa da respectiva disciplina; (ii) a equipa da respectiva disciplina não consiga assegurar a realização de, pelo menos, ____ exames orais semanais.
- g. Os pedidos de reforço devem ser sempre fundamentados de acordo com o estabelecido em f., e, quando em época de recurso, com a impossibilidade de correção dos exames escritos em tempo útil em função da realização dos exames orais (presumindo-se que cada membro da equipa corrige ____ por dia).
- h. Cada disciplina não poderá ser reforçada com mais que dois docentes de proveniência externa.

IV. Comissão de Reforço de Júris

- a. A competência da Comissão restringe-se ao âmbito do reforço extraordinário de júris.
- b. A Comissão é composta por quatro Professores, representantes dos quatro Grupos da Faculdade, que funcionam em articulação, sendo o mandato dos respectivos titulares anual e renovável apenas para o ano lectivo imediato.
- c. A Comissão apenas aprecia pedidos de reforço extraordinário de júris apresentados pela regências das disciplinas respectivas.
- d. A Comissão selecionará os docentes a prestar serviço de reforço extraordinário de acordo com os seguintes critérios sequenciais:
 - i. Docentes da mesma disciplina, mas de outra turma ou turno;
 - ii. Docentes do mesmo Grupo;
 - iii. Docentes de outros Grupos.
- e. Em qualquer destes casos, a ordem de precedência deve ser a seguinte, atendendo ao critério da menor antiguidade:
 - i. Assistentes em regime de dedicação exclusiva;
 - ii. Assistentes em regime de tempo integral;
 - iii. Assistentes em regime de tempo parcial;
 - iv. Professores auxiliares, em regime de dedicação exclusiva, sem regências de mestrado,
 - v. Professores auxiliares, em regime de tempo integral, sem regências de mestrado;
 - vi. Professores auxiliares, em regime de dedicação exclusiva, com duas ou menos regências de mestrado (em qualquer das vertentes), na época de exames em causa;

- vii. Professores auxiliares, em regime de tempo integral, com duas ou menos regências de mestrado (em qualquer das vertentes), na época de exames em causa.
 - f. Os docentes selecionados para reforço de júri são para o efeito contactados por e-mail, para o endereço institucional, e sempre em nome da Comissão. O contacto telefónico fica reservado para situações excecionais, entendendo-se como tais, designadamente, aquelas em que o serviço de reforço de júri deva ter lugar nas 48 horas subsequentes ao respectivo pedido.
 - g. A responsabilidade da Comissão de Reforço de Júris esgota-se no momento em que lhe é formalmente confirmado pelo Professor requerente que o contacto com o ou os docentes adstritos ao reforço se efetivou, ainda que posteriormente e por motivos alheios à Comissão se venha a verificar alguma dificuldade na sua articulação.
 - h. O trabalho da Comissão inicia-se 20 dias antes da data do início dos exames escritos e finaliza-se 3 dias após ter sido oficialmente publicado o resultado do último exame escrito da época de recurso.
- V. Outros aspectos
- a. O serviço de reforço de júris deve relevar em termos curriculares, em todos os momentos em que seja relevante o currículo dos docentes.
 - b. Em particular, o serviço de reforço de júris deve relevar em termos curriculares para a contratação de assistentes convidados.
 - c. Todo o serviço de reforço de júris deve resultar da distribuição de serviço docente dos vários Grupos, nos termos em que usualmente é feita, ou de pedidos de reforço extraordinário dirigidos à Comissão.

Lisboa, 18 de Julho de 2012

A Comissão de Reforço de Júris,

Prof.^a Doutora Isabel Banond (Presidente e representante do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas)

Prof.^a Doutora Elsa Dias Oliveira (representante do Grupo de Ciências Jurídicas)

Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (representante do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas)

Prof. Doutor Pedro Infante Mota (representante do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas)

PARECER

Ex.mo Senhor
Presidente do Conselho Científico
Faculdade de Direito
Universidade de Lisboa:

Apreciados o Curriculum Vitae e o Relatório de Actividades apresentados pela Ex.ma Senhora Doutora Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral, Professora Auxiliar do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas nesta Faculdade, para instrução do procedimento referido no art. 25º do Estatuto da Carreira Docente Universitária e no art. 35º do Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente da Universidade de Lisboa, para efeitos de avaliação específica da actividade desenvolvida no período experimental iniciado em 22 de Setembro de 2007, tendo vista a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cumpre-me dizer o seguinte:

Ficam, nos documentos referidos, abundantemente demonstradas as qualidades académicas e científicas da Senhora Prof.a Doutora Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral, qualidades de resto há muito conhecidas de todos na Faculdade.

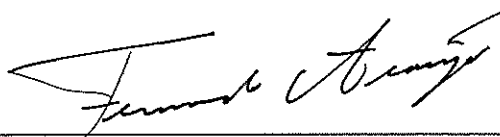
A Senhora Prof.a Doutora Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral é dotada de uma sólida formação científica nos domínios jurídico-económicos, e isso é demonstrado na sua actividade docente e nas suas investigações e publicações, nas quais mantém um nível muito louvável de probidade intelectual e de criatividade, partilhando a vanguarda científica nacional em diversas áreas da investigação jus-económica e financeira, nomeadamente as da Segurança Social, do Orçamento, das Finanças Locais, das Parcerias Público-Privadas.

Por outro lado, a Senhora Prof.a Doutora Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral desempenhou, no período de referência, diversos cargos e funções académicos na Faculdade, sempre com uma dedicação e elevação exemplares.

A Senhora Prof.a Doutora Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral é, em suma, um valor seguro da Faculdade, alguém a quem a Faculdade deve o reconhecimento de uma carreira académica produtiva e de um pensamento científico próprio; alguém de quem a Faculdade pode ainda esperar muito.

Sou, pois, do PARECER que à Senhora Prof.a Doutora Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral deve ser renovado o vínculo com a Universidade, mantendo o seu contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Lisboa e Faculdade de Direito, 18 de Julho de 2012,



(Fernando Araújo, Prof. Catedrático da FDUL)

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



Curso de Pós-graduação de especialização em Direito Fiscal 2012/2013

Coordenador: Prof. Doutor Carlos Lobo

Consultor Científico: Prof. Doutora Clotilde Celorico Palma

Módulos do Primeiro Semestre 82h

IRS, 20h

Paula Rosado Pereira

IRC, 20h

Amândio Silva

IVA, 20h

Clotilde Celorico Palma

Taxas e Tributos Parafiscais, 10h

António Carlos dos Santos

Direito Contabilístico, 12h

Ana Maria Rodrigues

Módulos do Segundo Semestre 80h

Direito Fiscal Internacional, 20h

Gustavo Lopes Courinha

Impostos Especiais de Consumo, 10h

António Brigas Afonso

Impostos sobre o Património, 10h

Vasco Valdez Matias

Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade 1649-014 Lisboa
www.ideff.pt * ideff@fd.ul.pt
Tel. (+351) 217 962 198

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL IDL



Procedimento e Processo Tributário, 10h

Rogério M. Fernandes Ferreira

Infracções Tributárias, 10h

João Costa Andrade

Benefícios Fiscais, 10h

Guilherme Waldemar d'Oliveira Martins

Planeamento Fiscal, 10h

Luís Magalhães

Seminários associados – Fiscalidade e Investimento (14 horas)

Benefícios fiscais contratuais – Guilherme Waldemar d'Oliveira Martins

Tributação de não residentes – Gustavo Lopes Courinha

Fundamentos e enquadramento do regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira – José António da Câmara e Clotilde Celorico Palma

O Centro Internacional de Negócios da Madeira como veículo de investimento – Francisco Sousa Soares

Fiscalidade comparada I – Carlos Baptista Lobo

Fiscalidade comparada II – Carlos Baptista Lobo

Arbitragem tributária – Rogério Fernandes Ferreira

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL

REGULAMENTO DO X CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FISCAL 2012/2013



Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento enquadra e estabelece as regras de funcionamento do curso pós-graduado em Direito Fiscal do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

ARTIGO 2.º

Finalidade

O Curso de Pós-Graduação em Direito Fiscal procura oferecer aos interessados uma compreensão horizontal, completa, do sistema fiscal português, desde os princípios que o fundamentam aos problemas mas específicos.

São assim analisados numa perspectiva teórico prática os mais relevantes temas da tributação do consumo, do rendimento e do património, do procedimento, do processo e das infracções, passando ainda pela tributação internacional, pelas taxas, pelos impostos especiais de consumo, pelo planeamento fiscal e pelo Direito Contabilístico. São associados seminários onde são tratadas matérias específicas da actualidade.

ARTIGO 3.º

Organização e composição

1. O curso é organizado anualmente pelo IDEFF, sem prejuízo das orientações gerais do Conselho Científico da FDUL e compreende:

- a) A leccionação de disciplinas semestrais;
- b) A realização de conferências e /ou seminários correspondentes a módulos de duração variável.

2. O curso tem um coordenador, que pode ser coadjuvado por consultores científicos.

3. A atribuição das regências e das eventuais colaborações compete à Direcção do IDEFF.

4. As conferências são proferidas por professores e investigadores ou por outras individualidades de reconhecido mérito, sob proposta do professor coordenador do curso.

ARTIGO 4.º

Candidaturas

O curso está aberto à candidatura de graduados por escolas universitárias portuguesas ou estrangeiras.

INSTITUTO

DE DIREITO **ARTIGO 5.º**

ECONÓMICO **Prazos e condições de admissão**

FINANCEIRO

E FISCAL FDL

1. Os prazos e as condições de admissão ao curso são fixados, em cada ano, até 30 de Setembro.



2. Os alunos que não tenham obtido aprovação na totalidade das disciplinas que constituem o plano do Curso ou que não tenham concluído o curso no ano lectivo em que se tiverem inscrito podem inscrever-se às disciplinas em falta para a conclusão do Curso, no ano lectivo seguinte.

3. Se a disciplina que faltar ao aluno para a conclusão do curso tiver sido substituída, no ano lectivo subsequente, o aluno pode optar por:

- a) Realizar exame, nas épocas normal e de recurso, à disciplina substituída;
- b) Inscrever-se, no início do ano lectivo, na nova disciplina.

4. O aluno tem o prazo de um ano para concluir na íntegra o curso de pós-graduação.

ARTIGO 6.º

Seleção dos candidatos

1. Na seleção dos candidatos atende-se às suas habilitações académicas ou científicas específicas, bem como ao currículo profissional dos candidatos, na medida em que ele seja relevante para a frequência do curso.

2. Em igualdade de circunstâncias, vale como critério de preferência ter o candidato obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ou desempenhar funções de assistente ou monitor.

3. No acto da candidatura, os candidatos farão prova dos requisitos a que se referem os números anteriores que lhes digam respeito, devendo instruir as respectivas candidaturas com fotocópia do certificado de licenciatura, *curriculum vitae*, fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte e preencher uma ficha de candidatura com dados pessoais.

ARTIGO 7.º

Funcionamento

1. O curso apenas se realiza com o número mínimo de quinze alunos inscritos, sem prejuízo de decisão em contrário da Direcção do IDEFF.

2. No caso de o número de alunos inscritos ser inferior a quinze, as quantias entretanto pagas são devolvidas aos alunos inscritos.

ARTIGO 8.º

Mudança de curso

A mudança de curso é permitida trinta dias seguintes à data de início do primeiro semestre, desde que, por esse facto, não seja ultrapassado o limite de vagas fixadas.

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



ARTIGO 9.º

Frequência do curso

I. A frequência do curso implica:

- a) Frequência e avaliação, caso exista, em todas as disciplinas exigidas;
- b) Frequência, com avaliação, das conferências.

2. Nos casos das alíneas a) e b) do n.º 2 as taxas são adequadas proporcionalmente.

ARTIGO 10.º

Calendário escolar

1. O 1.º semestre começa em Novembro e termina em Janeiro.

2. O 2.º semestre começa em Março e termina em Julho.

3. As aulas são ministradas entre as 18h00 horas e as 22h30m, em dias úteis e aos sábados de manhã entre as 09h00 e as 13h00.

ARTIGO 11.º

Funcionamento das sessões presenciais

1. Os alunos inscritos no curso devem, em cada sessão presencial, rubricar, à frente dos respectivos nomes, as folhas de presença disponíveis, para o efeito, na sala.

2. As folhas de presença são retiradas, 20 (vinte) minutos, após o início de cada sessão.

3. Podem ser estabelecidos mecanismos adicionais de controlo integral das sessões.

ARTIGO 12.º

Avaliação

1. A avaliação de conhecimentos, quando exista, tem carácter individual, é baseada em exames escritos, e é feita separadamente para cada uma das disciplinas dos cursos ou através da redacção de um trabalho final, numa temática à escolha do aluno.

2. O resultado da avaliação é expressa numa classificação numérica, em escala de vinte valores.

3. Nenhum aluno poderá apresentar-se a exame sem ter previamente liquidado o montante das mensalidades correspondentes.

ARTIGO 13.º

Exames escritos

1. O regente pode autorizar que a avaliação com base em prova escrita seja substituída pela elaboração de um trabalho com a extensão que entenda adequada.

2. Não há revisão de nota da prova escrita e dos trabalhos.

3. As classificações das provas escritas ou dos trabalhos a que se refere os números 1 e 2 são afixadas dentro do prazo de sessenta dias.

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



4. Qualquer exame de melhoria consiste apenas numa prova escrita ou oral, segundo o critério do regente.
5. Não podem ser realizados exames de duas disciplinas em dias consecutivos.
6. Os exames efectuam-se nos seguintes períodos temporais:
 - a) Os exames do primeiro semestre efectuam-se nos meses de Fevereiro e Março, os do segundo semestre nos meses de Junho e Julho;
 - b) Os exames de recurso efectuam-se durante os meses de Setembro e Outubro.
 - c) Os exames de melhoria são realizados nas épocas correspondentes ao termo do semestre do ano lectivo seguinte ao da inscrição e, a título excepcional devidamente justificado, na época de recurso, de acordo com decisão da Direcção do IDEFF.
7. As taxas das propinas dos exames de melhoria e dos exames que não sejam realizados nas épocas correspondentes ao termo do respectivo semestre e nas duas épocas subsequentes são fixadas anualmente.

ARTIGO 14.º

Aprovação

- I. A aprovação em todas as disciplinas confere o direito a um "Certificado de Curso Pós-graduado".
2. O certificado conterà a menção de "Suficiente" quando os alunos tiverem obtido média de 10 a 13 valores, a menção de "Bom", quando os alunos tiverem obtido média de 14 e 15 valores, a menção de "Muito Bom" quando os alunos tiverem obtido média final de 16 e 17 valores e a menção de "Excelente" quando os alunos tiverem obtido média final igual ou superior a 18 valores.

ARTIGO 15.º

Taxas e emolumentos

As taxas e os emolumentos devidos ao IDEFF são os que constam dos anexos I e II do presente regulamento, sem prejuízo de decisão da Direcção do IDEFF.

Lisboa, Setembro de 2012

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



ANEXO I

(Valores da matrícula e propina)

I. Taxas ¹:

Matrícula: Euro 200,00

Propina do curso: Euro 3.000,00²

Fotocópia por exame: Euro 10,00

Inscrição por exame do ano anterior: Euro 50,00

2. Modalidades de pagamento do curso:

- a) Pagamento integral no acto da inscrição – isenção pelo pagamento da matrícula;
- b) Pagamento mensal – 8 prestações (Novembro de 2012 a Junho de 2013).

3. O pagamento da propina do Curso poderá ser efectuado por uma de três formas:

1. Cheque passado à ordem de IDEFF, pessoalmente ou via CTT, para:

IDEFF

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1649-014 Lisboa

2. Transferência bancária para o NIB 0035 0824 0000 9256 7302 5 (CGD, Balcão Universidade), fazendo chegar ao IDEFF, via e-mail para ideff@fd.ul.pt, pessoalmente ou através dos CTT, cópia do documento comprovativo da transferência.
3. Efectuando o pagamento no IDEFF em numerário

ANEXO II

(Emissão de documentos)

São emitidos documentos nos termos da tabela de emolumentos da Reitoria da Universidade de Lisboa.



Tabela de Emolumentos

Reitoria da Universidade de Lisboa

Despacho n.º 6616/2004 (2.ª série – D.R. n.º 78, I de Abril) actualizado pelo Despacho n.º 4281/2006 de 22 de Fevereiro.

Descrição	Montante em Euros
Prática de actos fora de prazo:	Acresce a taxa de:
Nos primeiros quinze dias	16,30 €
De 15 a 30 dias	32,50 €
Superior a 30 dias	65,00 €
Certidões:	Pagamento da taxa no valor de:
Inscrição / Frequência	7,70 €
Conclusão do Curso	16,30 €
Inscrição /Carga horária /Programa	7,70 €
2.ª Via do certificado	16,30 €

1 As **mensalidades**, (meses de **Novembro a Junho**) deverão ser pagas até **dia 8 de cada mês**; os módulos devem ser pagos integralmente no acto da inscrição

2 Este valor acresce ao valor da matrícula.

3 No caso de **transferência bancária**, o comprovativo deve ser enviado por uma de três formas – via postal (para o endereço acima indicado); por e-mail para ideff@fd.ul.pt; ou pessoalmente no Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal. Em qualquer caso, deve sempre ser indicado: 1. Identificação do Aluno (nome completo ou n.º de cliente indicado na factura); 2. Finalidade do pagamento: indicação do nome do Curso; 3. Indicar a data da transferência.



Pós-Graduação em Direito Fiscal 2012/2013

Iº Semestre

Outubro

Dia 12

18:30 20:20	Direito Contabilístico 1/6 Ana Maria Rodrigues	Sala a indicar
20:30 22:20	Direito Contabilístico 2/6 Ana Maria Rodrigues	Sala a indicar

Dia 13

09:00 12:50	Direito Contabilístico 3/6 Ana Maria Rodrigues	Sala a indicar
11:00 12:50	Direito Contabilístico 4/6 Ana Maria Rodrigues	Sala a indicar

Dia 19

18:30 20:20	Direito Contabilístico 5/6 Ana Maria Rodrigues	Sala a indicar
20:30 22:20	Direito Contabilístico 6/6 Ana Maria Rodrigues	Sala a indicar

Dia 20

09:00 12:50	IRC 1/10 Amândio Silva	Sala a indicar
11:00 12:50	IRS 1/10 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 26

18:30 20:20	IRC 2/I0 Amândio Silva	Sala a indicar
20:30 22:20	IRS 2/I0 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 27

09:00 10:50	Seminário Benefícios fiscais contratuais Guilherme Waldemar d'Oliveira Martins	Sala a indicar
11:00 12:50	Seminário Fundamentos e enquadramento do regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira José António da Câmara e Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar

Novembro**Dia 09**

18:30 20:20	IRC 3/I0 Amândio Silva	Sala a indicar
20:30 22:20	IRS 3/I0 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 10

09:00 10:50	Seminário Tributação de não residentes Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
11:00 12:50	Seminário O Centro Internacional de Negócios da Madeira como veículo de investimento Francisco Sousa Soares	Sala a indicar

Dia 16

18:30 20:20	IRC 4/I0 Amândio Silva	Sala a indicar
20:30 22:20	IRS 4/I0 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 17

11:00 12:50	Seminário Fiscalidade comparada I Carlos Baptista Lobo	Sala a indicar
----------------	--	-------------------

Dia 23

18:30 20:20	IRC 5/10 Amândio Silva	Sala a indicar
20:30 22:20	IRS 5/10 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 24

09:00 10:50	Seminário Arbitragem Tributária Rogério M. Fernandes Ferreira	Sala a indicar
11:00 12:50	Seminário Fiscalidade comparada II Carlos Baptista Lobo	Sala a indicar

Férias do Natal**Janeiro****Dia 04**

18:30 20:20	IRC 6/10 Amândio Silva	Sala a indicar
20:30 22:20	IRS 6/10 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 05

09:00 10:50	Taxas e Tributos Parafiscais 1/5 António Carlos dos Santos	Sala a indicar
11:00 12:50	IVA 1/10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar

Dia 11

18:30 20:20	IRC 7/10 Amândio Silva	Sala a indicar
20:30 22:20	IRS 7/10 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 12

09:00 10:50	Taxas e Tributos Parafiscais 2/5 António Carlos dos Santos	Sala a indicar
11:00 12:50	IVA 2/10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar

Dia 18

18:30 20:20	IRC 8/10 Amândio Silva	Sala a indicar
20:30 22:20	IRS 8/10 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 19

09:00 10:50	Taxas e Tributos Parafiscais 3/5 António Carlos dos Santos	Sala a indicar
11:00 12:50	IVA 3/10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar

Dia 25

18:30 20:20	IRC 9/10 Amândio Silva	Sala a indicar
20:30 22:20	IRS 9/10 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 26

09:00 10:50	Taxas e Tributos Parafiscais 4/5 António Carlos dos Santos	Sala a indicar
11:00 12:50	IVA 4/10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar

Fevereiro

Dia 01

18:30 20:20	IRC 10/10 Amândio Silva	Sala a indicar
20:30 22:20	IRS 10/10 Paula Rosado Pereira	Sala a indicar

Dia 02

09:00 10:50	Taxas e Tributos Parafiscais 5/5 António Carlos dos Santos	Sala a indicar
11:00 12:50	IVA 5/10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar

Dia 08

18:30 20:20	IVA 6 /10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar
20:30 22:20	IVA 7 /10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar

Dia 09

11:00 12:50	IVA 8 /10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar
----------------	---	-------------------

Dia 15

18:30 20:20	IVA 9 /10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar
20:30 22:20	IVA 10 /10 Clotilde Celorico Palma	Sala a indicar

Fim do primeiro Semestre

Época de Exames

18:30 20:20	Direito Contabilístico	22 Fevereiro (6ª feira) Sala
18:30 20:20	Taxas e Tributos Parafiscais	01 Março (6ª feira) Sala
18:30 20:20	IVA	08 Março (6ª feira) Sala
18:30 20:20	IRS	15 Março (6ª feira) Sala
18:30 20:20	IRC	22 Março (6ª feira) Sala

2º Semestre

Abril

Dia 05

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 1/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
20:30 22:20	Processo e Procedimento Tributário 1/5 Rogério Fernandes Ferreira	

Dia 06

09:00 10:50	Impostos Especiais de Consumo 1/5 António Brigas Afonso	Sala a indicar
11:00 12:50	Benefícios Fiscais 1/5 Guilherme W. d'Oliveira Martins	Sala a indicar

Dia 12

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 2/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
20:30 22:20	Processo e Procedimento Tributário 2/5 Rogério Fernandes Ferreira	Sala a indicar

Dia 13

09:00 11:00	Impostos Especiais de Consumo 2/5 António Brigas Afonso	Sala a indicar
11:00 12:50	Benefícios Fiscais 2/5 Guilherme W. d'Oliveira Martins	Sala a indicar

Dia 19

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 3/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
	Processo e Procedimento Tributário 3/5 Rogério Fernandes Ferreira	Sala a indicar

Dia 20

09:00 10:50	Impostos Especiais de Consumo 3/5 António Brigas Afonso	Sala a indicar
11:00 12:50	Benefícios Fiscais 3/5 Guilherme W. d'Oliveira Martins	Sala a indicar

Dia 26

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 4/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
20:30 22:20	Processo e Procedimento Tributário 4/5 Rogério Fernandes Ferreira	Sala a indicar

Dia 27

09:00 10:50	Impostos Especiais de Consumo 4/5 António Brigas Afonso	Sala a indicar
11:00 12:50	Benefícios Fiscais 4/5 Guilherme W. d'Oliveira Martins	Sala a indicar

Maio

Dia 03

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 5/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
20:30 22:20	Processo e Procedimento Tributário 5/5 Rogério Fernandes Ferreira	Sala a indicar

Dia 04

09:00 10:50	Impostos Especiais de Consumo 5/5 António Brigas Afonso	Sala a indicar
11:00 12:50	Benefícios Fiscais 5/5 Guilherme W. d'Oliveira Martins	Sala a indicar

Dia 10

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 6/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
20:30 22:20	Impostos sobre o Património 1/5 Vasco Valdez Matias	Sala a indicar

Dia 11

09:00 10:50	Planeamento Fiscal 1/5 Luis Magalhães	Sala a indicar
11:00 12:50	Infracções Tributárias 1/5 João Costa Andrade	Sala a indicar

Dia 17

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 7/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
20:30 22:20	Impostos sobre o Património 2/5 Vasco Valdez Matias	Sala a indicar

Dia 18

09:00 10:50	Planeamento Fiscal 2/5 Luis Magalhães	Sala a indicar
11:00 12:50	Infracções Tributárias 2/5 João Costa Andrade	Sala a indicar

Dia 24

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 8/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
20:30 22:20	Impostos sobre o Património 3/5 Vasco Valdez Matias	Sala a indicar

Dia 25

09:00 10:50	Planeamento Fiscal 3/5 Luis Magalhães	Sala a indicar
11:00 12:50	Infracções Tributárias 3/5 João Costa Andrade	Sala a indicar

Dia 31

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 9/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
20:30 22:20	Impostos sobre o Património 4/5 Vasco Valdez Matias	Sala a indicar

Junho**Dia 01**

09:00 10:50	Planeamento Fiscal 4/5 Luis Magalhães	Sala a indicar
11:00 12:50	Infracções Tributárias 4/5 João Costa Andrade	Sala a indicar

Dia 07

18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional 10/10 Gustavo Lopes Courinha	Sala a indicar
20:30 22:20	Impostos sobre o Património 5/5 Vasco Valdez Matias	Sala a indicar

Dia 08

09:00 10:50	Planeamento Fiscal 5/5 Luis Magalhães	Sala a indicar
11:00 12:50	Infracções Tributárias 5/5 João Costa Andrade	Sala a indicar

Fim do Segundo Semestre**Época de Exames**

18:30 20:20	Benefícios Fiscais	14 Junho (6ª feira) Sala
18:30 20:20	Impostos Especiais de Consumo	18 Junho (3ª feira) Sala
18:30 20:20	Impostos sobre o Património	21 Junho (6ª feira) Sala
18:30 20:20	Infracções Tributárias	25 Junho (3ª feira) Sala
18:30 20:20	Planeamento Fiscal	28 Junho (6ª feira) Sala
18:30 20:20	Processo e Procedimento Tributário	02 Julho (6ª feira) Sala
18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional	05 Julho (6ª feira) Sala

Exames 2.º época

Módulos do 1º Semestre

18:30 20:20	Direito Contabilístico	6 de setembro (6ª feira) Sala IO.I6
18:30 20:20	Taxas e Tributos Parafiscais	13 de setembro (6ª feira) Sala IO.I6
18:30 20:20	IVA	20 de setembro (6ª feira) Sala IO.I6
18:30 20:20	IRS	27 de setembro (6ª feira) Sala IO.I6
18:30 20:20	IRC	4 de outubro (6ª feira) Sala IO.I6

Módulos do 2.º semestre

18:30 20:20	Benefícios Fiscais	9 de outubro (3ª feira) Sala
18:30 20:20	Impostos Especiais de Consumo	11 de outubro (6ª feira) Sala
18:30 20:20	Impostos sobre o Património	15 de outubro (3ª feira) Sala
18:30 20:20	Infracções Tributárias	18 de outubro (6ª feira) Sala
18:30 20:20	Planeamento Fiscal	22 de outubro (3ª feira) Sala
18:30 20:20	Processo e Procedimento Tributário	25 de outubro (6ª feira) Sala
18:30 20:20	Direito Fiscal Internacional	29 de outubro (3ª feira) Sala



ANTÓNIO CARLOS DOS SANTOS

Licenciado em Direito (FDUC) e em Ciências Políticas e Sociais (ISCSP), Mestre em Ciências Jurídico-Comunitárias (UCL) e Doutor em Direito (Louvain-la-Neuve. Professor da UAL. Jurisconsulto. Membro do Gabinete de Estudos da CTOC. Entre outros cargos, foi Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Coordenador do Núcleo Economia e Finanças da REPER e Director do GAJE dos Serviços do IVA

Áreas de interesse: fiscalidade, direito económico, sociologia do direito

CURRICULUM

Formação académica: Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra) e Licenciatura em Ciências Políticas e Sociais (ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa). Mestrado em Ciências Jurídico-Comunitárias (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Doutoramento em Direito (tese: “La régulation communautaire de la concurrence fiscale. Une approche institutionnelle”) na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Louvain-la-Neuve (orientador: Prof. Jacques Malherbe).

Formação profissional e académica complementar: Seminário sobre o IVA, Universidade de Paris IX; Curso de Administração Tributária, DGCI; Curso de Direito Comunitário, Instituto Nacional de Administração, Oeiras; Curso de Pós-graduação em Direito das Empresas, Instituto Superior de Gestão (Lisboa); Curso de Pós-Graduação em Organizações Europeias e Diploma de Estudos Superiores em Direito Comparado (Faculdade Internacional para o Ensino do Direito Comparado, Estrasburgo).

Actividade académica actual: Professor da UAL, leccionando Direito Constitucional, Direito Fiscal e Sociologia do Direito. Tem leccionado igualmente o módulo de Direito Fiscal na Pós-graduação do IDEFE/ISEG sobre Gestão de Recursos Humanos e Benefícios Sociais e alguns módulos



Direito de Lisboa. Colabora regularmente, como conferencista, na pós-graduação sobre Contabilidade, Auditoria e Fiscalidade da Universidade Lusíada (Porto).

Actividade académica anterior: Leccionou nos últimos anos, como professor auxiliar convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão, Direito Económico Ciência Política, Direito Comunitário, Direito do Trabalho e Sindicalismo (Licenciatura em Economia). Leccionou igualmente matérias de Fiscalidade (Política Fiscal, IVA e Direito Fiscal, Fiscalidade dos PALOP) e de Direito Económico em mestrados do ISEG (sobre Desenvolvimento e Cooperação Económica e Economia Internacional) e em pós-graduações organizadas pelo IDEFE/ISEG (Gestão Fiscal das Organizações e Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental). Em anos anteriores, leccionou também a disciplina de Direito da Concorrência no mestrado de Gestão da Universidade do Algarve e as disciplinas de Sistema Fiscal Português III (IVA), Harmonização Fiscal e Contencioso Tributário na Pós-graduação em Fiscalidade do Instituto Superior de Estudos Financeiros e Fiscais (em Lisboa e no Porto).

Foi também docente do Instituto Superior de Psicologia Aplicada durante seis anos, tendo leccionado as disciplinas de Introdução às Ciências Sociais, Sociologia Geral, Relações Laborais e Sociologia da Vida Política.

Actividade profissional: Actualmente jurisconsulto. Integra ainda o Gabinete de Estudos da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, dirigido pelo Prof. Daniel Bessa. Foi coordenador do Núcleo de Economia e Finanças da Representação Permanente de Portugal em Bruxelas (2002-2005). Em 2001-2002 foi membro do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, em 2001, coordenador do Grupo de Trabalho que criou as Secções de Processo da Segurança Social. Anteriormente foi funcionário da DGCI (Ministério das Finanças), onde adquiriu a categoria de assessor principal e exerceu, entre outras, as seguintes funções: director de serviços do Gabinete de Apoio Jurídico – Económico do IVA, tendo, nessa qualidade, acompanhado o processo de harmonização da fiscalidade indirecta na União Europeia, participado nos trabalhos da primeira presidência portuguesa e acompanhado dossiers junto da OCDE; jurista do Gabinete de Apoio Jurídico-Económico do Serviço de



Administração dos Impostos sobre o Rendimento, tendo sido, nessa qualidade, durante

um ano, representante da Fazenda Pública junto do STA; jurista da Direcção dos Serviços Jurídicos e do Contencioso (antiga Consultadoria Jurídica).

No início da carreira foi Delegado do Ministério Público em Coruche, Amarante, Montalegre e Porto.

Actividade política e sindical: Foi Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XIII Governo Constitucional, tendo como Ministro das Finanças o Prof. Sousa Franco (1995-1999). Nesta qualidade, foi Vice-Presidente do Grupo do Conselho da União Europeia sobre o Código de Conduta sobre a Fiscalidade Directa das Empresas. Anteriormente foi Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho (Dr. Costa Leal) no III Governo Constitucional e do Secretário de Estado do Orçamento nos II, III e IV Governos Provisórios.

Foi membro da comissão sindical do ISEG durante vários anos

Outras actividades: Foi fundador da Cooperativa ISPA (1981) e primeiro presidente da assembleia-geral desta instituição.

Efectuou mais de 30 missões de cooperação em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Brasil, em projectos do PNUD, da União Europeia, do Banco Mundial e no âmbito da cooperação interna, pública e privada. Realizou dezenas de conferências em Portugal e no estrangeiro (Rennes, Paris, Buenos Aires, Luanda, Maputo, Brasília, Belo Horizonte, Gramado, Siena, Caserta, Bruxelas) e de acções de formação sobre temas fiscais, laborais e jus-económicos. Integra o Conselho de Administração da Association Internationale de Droit Économique, tendo sido membro do comité de redacção da Revue Internationale de Droit Économique, da Vértice, da Análise Psicológica e da Revista de Administração e Políticas Públicas. É membro da Associação Fiscal Portuguesa, da International Fiscal Association e da European Association of Tax Law Professors.

PUBLICAÇÕES

Autor ou co-autor dos livros:

Direito Económico (Almedina, 5ª edição, 2004)

Auxílios de Estado e Fiscalidade (Almedina, 2003)



Estruturar o Sistema Fiscal do Portugal Desenvolvido. Balanço de uma Legislatura
(Ministério das Finanças, 1999)

Estruturar o Sistema Fiscal do Portugal Desenvolvido, Textos Fundamentais da Reforma
Fiscal para o Século XXI (Almedina, 1998)

Palavras no Tempo (Ministério das Finanças, vol. I a VII, 1996 a 1999)

Legislação do IVA Anotada (Almedina, 1994)

União Europeia, Comunidade Europeia, Espaço Económico Europeu (versão consolidada
dos textos dos Tratados, Escher, 1992).

Autor ou co-autor de várias dezenas de artigos, monografias e comunicações em matérias
jurídico-económicas, fiscais, laborais e epistemológicas, entre os quais:

“O estranho caso do conceito comunitário de autonomia suficiente em sede de auxílios
de Estado sob forma fiscal” (in Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, 2008)

“A deriva inconstitucional do pagamento especial por conta” (in Fisco, 2007)

“A Sociedade de Informação, a Globalização e o Desenvolvimento” (in Estudos em
memória de Teresa Lemos, 2007)

“Coordenação e harmonização fiscal na União Europeia, ESAF/GTZ, Brasília, 2006)

“O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e a Fraude Carrossel em IVA” (in
Revista dos TOC, 2006)

“A partilha de competências entre Assembleia Nacional e Governo na Constituição
Financeira da República de Cabo Verde” (Estudos Jurídicos e Económicos em
Homenagem ao Prof. Doutor António Sousa Franco, 2006)

“A nova lei da concorrência e os auxílios de Estado: algumas interrogações” (AAVV,
Concorrência, 2006, Almedina)

“Orçamento e fiscalidade, vinte anos depois da adesão à CEE” (in A Economia
Portuguesa 20 Anos Após a Adesão, ISEG, 2006)

“A AGT: crónica de um nascimento prematuro” (publicado em Luanda e a sair na
Revista de Administração e Políticas Públicas)

“Novos desafios da política fiscal” (Livro de homenagem ao Prof. Pitta e Cunha, 2005)

“The EU common VAT system: merits, difficulties and perspectives of evolution”
(Comunicação apresentada no 59º Congresso da IFA, Buenos Aires, 2005)



“Novos rumos da tributação das empresas na União Europeia” (Revista dos TOC, 2005)

“Aides d’État, Code de conduite et concurrence fiscale dans l’Union européenne: les centres d’affaires comme cibles” (RIDE, 2004)

“A posição portuguesa face à regulação comunitária da concorrência fiscal” (AAVV, Planeamento e Concorrência Fiscal Internacional, Universidade Nova/Fisco, 2003)

“Constrangimentos internacionais ao recurso a medidas fiscais para melhorar a competitividade” (Fisco, 2003)

“O IVA comunitário na encruzilhada: rumo a um novo sistema comum?” (CTF, 2000)

“Point J of the Code of Conduct or the primacy of politics over administration” (European Taxation, 2000)

“A AGT e a reforma das administrações tributárias” (R.TOC, 2000)

“A regulação internacional da concorrência fiscal prejudicial” (CTF, 2000)

“Avaliação indirecta e garantias dos contribuintes” (O Economista, 1999)

“O IVA nas operações de comércio externo após 1 de Janeiro de 1993” (Estudos de Gestão, 1995)

“Princípios rectores da estruturação do futuro Banco Central Europeu” (livro de homenagem ao Prof. Pereira de Moura, 1995)

“Estado e privatizações: contributo para uma reflexão sobre as relações entre público e privado” (Livro colectivo, 1995)

“Redressement des entreprises en difficulté et concurrence en droits espagnol, italien et portugais” (RIDE, 1995)

“O modelo de União Monetária no Tratado de Maastricht” (WP, CEDIN/ISEG, 1994)

“Legitimação Subjectiva de Interposição do Reenvio Prejudicial: A Noção de Órgão Jurisdicional Nacional”, (monografia UCP, 1994)

“As transferências e limitações de soberania decorrentes do Tratado da União Europeia” (Monografia, UCP, 1994)

“A fiscalidade angolana entre os constrangimentos do subdesenvolvimento e as exigências do desenvolvimento” (Fisco, 1994)

“Integração europeia e abolição das fronteiras fiscais. Do princípio do destino ao princípio da origem?” (CTF, 1993)



CEDIN/ISEG, 1993)

“La constitution économique angolaise” (RIDE, 1993)

“IVA e mercado interno: as aquisições intracomunitárias de bens” (Fisco, 1992)

“De Roma a Maastricht, Algumas Interrogações sobre o Sentido e Limites de uma União Europeia”, (Seara Nova, 1992)

“A Perestroika e o Estado Socialista de Direito” (Vértice, 1991)

“O Direito Económico Angolano (1975-1989): Evolução e Perspectivas” (Estudos de Economia, 1990)

“Os Princípios de 1789 e o Direito Económico” (Vértice, 1990)

“Sistemas Fiscais: Conceitos e Tipologias à Luz das Experiências Angolana e Moçambicana” (CTF, 1989)

“O Direito na Gestão das Empresas: o Tempo das Convergências” (Direito e Sociedade, Boletim da APDES, 1989)

“As transformações do sistema fiscal moçambicano: da independência à reestruturação de 1987” (WP CESA/ISEG, 1998)

“Pensões de pré-reforma: caracterização e forma de tributação” (CTF, 1987)

“Piaget e a Teoria do Direito” (Análise Psicológica, 1986)

“Os trabalhadores, e desenvolvimento e a democracia participativa” (Análise Psicológica, 1983).

CLOTILDE CELORICO PALMA

Doutorada em Ciências Jurídico Económicas, especialidade em Direito Fiscal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogada especialista em Direito Fiscal

Docente do Ensino Superior em várias universidades, integrando o quadro do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa na qualidade de Professora Adjunta

- Ex. Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XVII Governo Constitucional e ex Adjunta dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais dos XII e XIV Governos Constitucionais



Ex. Inspectora tributária DGCI

Formadora e conferencista

Autora de três livros e de cerca de uma centena de artigos em matéria fiscal

Membro da delegação portuguesa do Grupo comunitário do Código de Conduta desde a sua constituição, em 1998

Membro da delegação portuguesa no Fórum da OCDE para as Práticas da Concorrência Fiscal Nociva, desde a sua constituição, em 1998

AMÂNDIO SILVA

Formador em vários cursos de formação em Fiscalidade, Contabilidade e Direito do Trabalho organizados pela OTOC (Preços de Transferência, Procedimento e Processo Tributário, Reforma dos Impostos sobre o Património, Convenções contra a Dupla Tributação, Adaptação do Código do IRC ao SNC, Novas Regras de Localização das Prestações de Serviço em sede de IVA, Activos Tangíveis e Intangíveis - SNC, etc.).

Publicação regular de artigos de opinião no “Jornal de Negócios” e “Diário Económico” sobre questões fiscais e afins.

PAULA ROSADO PEREIRA

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1990), onde obteve o grau de Mestre em Ciências Jurídico-Comunitárias em 2003 e o Grau de Doutora em 2010. É Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 2000, leccionando nos Cursos de Pós-graduação em Direito Fiscal do IDEFF e da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. É Advogada especialista em Direito Fiscal, exercendo esta actividade na Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, RL.

Área de investigação: Direito Fiscal, com particular realce para o Direito Fiscal Internacional.

CURRICULUM



Habilitações Académicas: Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1990; Pós-graduação em Gestão e Fiscalidade, no Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, no ano lectivo de 1996/1997; Mestrado em Ciências Jurídico-Comunitárias, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluído em Março de 2003 com a discussão da Tese sobre A Tributação das Sociedades na UE - Entraves Fiscais ao Mercado Interno e Estratégias de Actuação Comunitária.

Prática Docente: Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no grupo de Ciências Jurídico-Económicas, desde Outubro de 2000; Leccionou, igualmente, o módulo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS, no Curso de Pós-graduação em Direito Fiscal do IDEFF (anos lectivos de 2003/2004 a 2007/2008), bem como os módulos de Preços de Transferência (ano lectivo de 2004/2005) e de Planeamento Fiscal em sede de IRS (ano lectivo de 2005/2006) no Curso de Pós-graduação Avançada em Direito Fiscal da mesma Faculdade; Leccionou, ainda, o módulo de Fiscalidade da UE, no Curso de Pós-graduação em Direito Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (ano lectivo de 2006/2007).

Experiência Profissional: Consultora fiscal na Arthur Andersen, de 1991 a 1995; Advogada na Sociedade de Advogados Simmons & Simmons Rebelo de Sousa, desde Fevereiro de 1995, dedicando-se essencialmente à área do Direito Fiscal.

Outros Aspectos: Inscrita na Ordem dos Advogados, foi por esta reconhecida como Advogada Especialista em Direito Fiscal em Julho de 2004; Admitida à preparação de Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por decisão do Conselho Científico de Dezembro de 2006; Membro da Associação Fiscal Portuguesa e da International Fiscal Association; Co-relatora nacional no Projecto de investigação desenvolvido pela OCDE em conjunto com a International Fiscal Association, sobre Aplicação Prática das Convenções para Evitar a Dupla Tributação, no decurso de 2005 e 2006; Membro do Conselho Consultivo da Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal.

PUBLICAÇÕES

O novo regime dos preços de transferência, publicado na revista Fiscalidade, n° 5, Janeiro de 2001;



relações especiais, publicada na revista Ciência e Técnica Fiscal, nº 402, Abril/Junho de 2001;

Soluções globais para a tributação das empresas na UE, publicado na Revista Fiscalidade, nº II, Julho de 2002;

A Tributação das Sociedades na União Europeia: Entraves Fiscais ao Mercado Interno e Estratégias de Actuação Comunitária, Almedina, 2004;

Estudos sobre IRS: Rendimentos de Capitais e Mais-Valias, Almedina, 2005;

The Portuguese tax environment: opportunities and recent reforms (em co-autoria), in The Euromoney Global Tax Handbook 2005, Euromoney, 2005;

The Madeira International Business Centre (em co-autoria), in International Financial Centres' Yearbook 2005/2006, Euromoney, 2005;

Alguns desafios ao Código do IRC - Preços de transferência e o desafio europeu, in 15 Anos da Reforma Fiscal de 1988/89 - Jornadas de Homenagem ao Professor Doutor Pitta e Cunha, Almedina, 2005;

A introdução dos acordos prévios sobre preços de transferência em Portugal, publicado no Brasil, na Revista Fórum de Direito Tributário, nº 21, Maio/Junho de 2006;

Acordos prévios sobre preços de transferência: breve contributo para uma análise relativa a sua introdução em Portugal, in Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor Doutor António de Sousa Franco, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Coimbra Editora, 2007;

A new era for Portugal's taxation of nonresidents, publicado na revista Tax Notes International, vol. 50, nº 2, 14 de Abril de 2008.

ANA MARIA RODRIGUES

Licenciada em Economia e em Direito pela Universidade de Coimbra; Mestre em Economia Europeia, com uma dissertação intitulada Capital de Risco – Uma Forma de Apoio à Actividade Empresarial; Doutorada em Organização e Gestão de Empresas, na especialidade de Finanças Empresariais com uma tese intitulada O Goodwill nas Contas Consolidadas: Uma Análise dos Grupos não Financeiros Portugueses, publicada em 2006

pela Coimbra Editora. É ainda co-autora do livro Contabilidade Financeira – Casos



Práticos, Almedina (2007) e coordenadora do livro SNC - Sistema de Normalização Contabilística, também da Almedina (2010). É professora auxiliar na FEUC, onde lecciona várias unidades curriculares na área da Contabilidade Financeira. Coordenadora do Mestrado de Contabilidade e Finanças da FEUC. Membro da Comissão de Normalização Contabilística.

ROGÉRIO M. FERNANDES FERREIRA

Rogério M. Fernandes Ferreira – nascido em 1964, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, em 1987, sendo pós-graduado em Estudos Europeus e Mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela mesma Universidade. Advogado desde 1989, é sócio de capital e responsável pela Área de Prática de Direito Fiscal em PLMJ – Sociedade de Advogados, R.L., e docente nos cursos de pós-graduação do IDEFF e Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa, da Universidade Católica Portuguesa e do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Foi Presidente da Comissão de Reforma do Regime do Património Imobiliário Público, membro da Comissão de Reforma da Lei de Enquadramento Orçamental e da Comissão de Estudo da Tributação das Instituições e Produtos Financeiros, consultor do Instituto de Seguros de Portugal e o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XIV Governo Constitucional. É o actual Presidente da Associação Fiscal Portuguesa.

PUBLICAÇÕES

Livros e artigos científicos:

«Âmbito do n.º 29 do artigo 9º do CIVA - As prestações de serviços dos corretores e intermediários de seguro» (em preparação)

«A evasão fiscal e os meios anti-evasivos (Relatório Nacional de Portugal para o Instituto Latino-Americano de Derecho Tributário) (ILADT)» (em co-autoria), 2008 (no prelo)

«Seguros», in Taxas de Regulação Económica em Portugal (em co-autoria), Almedina, 2008

«O novo enquadramento orçamental na gestão do património imobiliário público» (em co-autoria), in Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º I, 2008



«de imposto sobre o valor acrescentado» (em co-autoria), in Fisco, 124, 2007

«Da (re) aquisição de acções com emissão de warrants autónomos (subsídios para análise do seu regime fiscal)» (em co-autoria), in Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco, vol. III, Coimbra Editora, 2007

«Regime geral das taxas locais: notas dispersas», in Revista Encontros Científicos, Universidade do Algarve, n.º 3, 2007/08

«Taxation of dividends distributed by portuguese resident companies», (em co-autoria), in Intertax, vol. 34, Novembro 2006

«A determinação objectiva da base tributável nos impostos sobre o rendimento aplicáveis às pequenas e médias empresas em Portugal», in XXIII Jornadas Latinoamericanas de Derecho Tributário, Tomo I, Asociacion Argentina de Estudios Fiscales, 2006

«A harmonização da tributação dos automóveis ligeiros de passageiros (Proposta de directiva COM [2005] 261final, de 5/7/2005)», in Jornal de Negócios, págs. 36 e seg., 24 de Fevereiro de 2006

«Tributação pessoal», in Jornal Expresso, pág. I, de 11 de Março de 2006

«Os biocombustíveis: o novo regime», in Jornal de Negócios, pág. 43, 11 de Maio de 2006

«Sessão de Encerramento – Intervenção do Vice-Presidente da Associação Fiscal Portuguesa», in 15 Anos de Reforma Fiscal de 1988/89 – Jornadas de Homenagem ao Professor Doutor Pitta e Cunha, Almedina, Coimbra, 2005

«Perspectivas de reforma do contencioso Tributário», in Cadernos de Justiça Administrativa (VII Seminário de justiça Administrativa), n.º 54, 2005

«Source and residence: new configuration of their principles», in Cahiers de Droit Fiscal International, Volume 90a, IFA, 2005

«Novas regras de incidência no IMT», in Fisco, 2004

«O financiamento do serviço público de televisão e a nova contribuição para o audiovisual», in Fisco, 2004

«Apreciação breve sobre a proposta de lei n.º 56/IX (notas, gralhas várias, dúvidas críticas construtivas e algumas sugestões)», in Fisco, 2004

«Desenvolvimento económico e despesa fiscal», in Fisco, 2003



Tributário», in Fisco, 2001

«Os incentivos à contratação de jovens desempregados», em co-autoria, in Fisco, 2001

«O novo Código de Procedimento e de Processo Tributário (notas e novidades dispersas)», em co-autoria, in Fisco, 2000

«Os benefícios das sucursais financeiras nas zonas francas portuguesas», in Estudos em Homenagem ao Professor Soares Martinez Vol. II, Almedina, 2000

«A tributação das gratificações em sede de IRS: a propósito do acórdão n.º 497/97 do Tribunal Constitucional» (em co-autoria), in Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor João Lumbrales, Coimbra Editora, 2000

«Off-Shore Bancário e Fiscalidade - Os benefícios das sucursais financeiras nas zonas francas portuguesas» (Comunicação apresentada no I Curso de Direito de Bancário, em 28 de Novembro de 1997, na Faculdade de Direito de Lisboa), in Estudos de Direito Bancário, Coimbra Editora, 1999

«Principles for the determination of the income and capital of permanent establishments and their applications to banks, insurance companies and other financial institutions», in Cahiers de Droit Fiscal International, Volume LXXXIa, IFA, 1996 (tradução portuguesa in Ciência e Técnica Fiscal, n.º 383, Julho-Setembro, Lisboa, 1996)

«Compra e venda de divisas a prazo», in Eurocontas, Ano I, n.º II, Outubro, 1995

«A discriminação fiscal do profissional liberal», in Inforgestão, n.º 2, Série II, Março, 1994

«As garantias dos contribuintes no Código de Processo Tributário», in Jornal do Técnico de Contas e da Empresa, n.ºs. 333 e 334, Junho e Julho, 1993

«Tratamento fiscal das comissões de mediação imobiliária», in Fisco, 1992

«Enquadramento fiscal do sector segurador (resenha legislativa)», in Fisco, 1991

«Enquadramento fiscal das Instituições Particulares de Solidariedade Social», in Fisco, 1991

Time Sharing - Aspectos Fiscais, Escher, 1991 (dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o título original de Subsídios para o Estudo da Tributação do Direito Real de Habitação Periódica)

Relatórios (em co-autoria):



Reforma da Lei do Enquadramento Orçamental – Trabalhos Preparatórios e Anteprojecto (Grupo de Trabalho para a Reforma da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado), Ministério das Finanças, Lisboa, 1998

A Fiscalidade do Sector Financeiro Português em Contexto de Internacionalização (Comissão de Estudo da Tributação das Instituições e Produtos Financeiros), Ministério das Finanças, Lisboa, 1999

Colectâneas:

Legislação Fiscal, Tomo I, Ed. Notícias - 1.ª ed., 1996, 2.ª ed., 1997, 3.ª ed., 1998

Legislação Fiscal, Tomo III, Ed. Notícias - 1.ª ed., 1998

Legislação Fiscal, Tomo IV, Ed. Notícias - 1.ª ed., 1998

Jurisprudência Fiscal (em co-autoria com os Excelentíssimos Senhores Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e Mestre Olívio Mota Amador), Vol. I - Constitucional, Tomo I, AAFFDL, 1997

Jurisprudência Fiscal (em co-autoria com os Excelentíssimos Senhores Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e Mestre Olívio Mota Amador), Vol. I - Constitucional, Tomo II, AAFFDL, 1997

Jurisprudência Fiscal Escolhida (em co-autoria com os Excelentíssimos Senhores Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e Mestre Olívio Mota Amador), Tomos I - Constitucional e II - STA, 200I (no prelo)

Jurisprudência Fiscal (em co-autoria com os Excelentíssimos Senhores Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e Mestre Olívio Mota Amador), Vol. I - Constitucional, Tomo II, AAFFDL, 1997

Jurisprudência Fiscal Escolhida (em co-autoria com os Excelentíssimos Senhores Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e Mestre Olívio Mota Amador), Tomos I - Constitucional e II - STA, 200I (no prelo)

GUSTAVO LOPES COURINHA

Gustavo Lopes Courinha é licenciado (1999), Mestre (2003) e Doutor (2012) em Direito, sendo assistente da Faculdade de Direito de Lisboa, onde leciona desde 2002,

tendo já lecionado as disciplinas de Direito Internacional Económico, Direito Financeiro e Fiscal, Direito das Obrigações e Direito Financeiro (Público) II.



Foi advogado do escritório Raposo Subtil, Matos Esteves & Associados, entre 1999-2004 e do escritório Caetano de Freitas & Associados, de 2004-2006.

CURRICULUM

Orador em várias conferências e seminários em Portugal:

- “Alguns aspectos da tributação dos arrendamentos em IVA” – seminário proferido no V Curso de Pós-graduação em Direito do Arrendamento Urbano, promovido pela Faculdade de Direito de Lisboa (2007);
- “Planeamento Fiscal: mitos, imprecisões e realidade” – conferência proferida no Instituto Politécnico de Leiria, como orador (2007);
- “Teoria Geral do Abuso em Direito Fiscal” – seminário proferido no Curso de Pós-graduação avançada em Direito Fiscal, promovido pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa, como orador (2006 e 2007);
- “A estrutura de incidência do IRC” - seminário proferido no Curso de Pós-graduação avançada em Direito Fiscal, promovido pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa, como orador (2005);
- “O artigo 23.º/n.º 7 do Código do IRC, a Constituição e as Convenções sobre Dupla Tributação” – conferência promovida pela Universidade Nova de Lisboa, sob a temática “Reestruturação de empresas e limites do planeamento fiscal”.

Orador em seminários e conferências internacionais:

- “Tax Treaties and Social Security Conventions”, High Level Scientific Conference, em Rust (Áustria), promovida pela Universidade de Viena;
- “The Portuguese International Tax Law”, seminário lecionado ao curso de LL.M. na Faculteit Rechtsgeleerdheid van de Universiteit Maastricht, em Maastricht;
- “WTO and Direct Taxation”, High Level Scientific Conference, em Rust (Áustria), promovida pela Universidade de Viena, enquanto investigador auxiliar;



“O Direito Internacional Fiscal de Cabo Verde”, curso promovido pela Fundação

Direito e Justiça e Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa, em Cabo Verde;

- “The concept of interest in the OECD Model Convention”, conferência promovida pelo Institut für betriebswirtschaftliche Steuerlehre, da Johannes Kepler Universität Linz, em Linz, sob o tema “The Savings Directive”.

PUBLICAÇÕES

Possui vários artigos, estudos e recensões nas revistas Fiscalidade, Jornal Fiscal, Vida Judiciária e Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal e em várias obras colectivas, nacionais e estrangeiras, destacando-se “A Tributação em IVA da Relação Locatícia Imobiliária” (Jornal Fiscal 3/2001 – IVA), “A Tributação Directa das Pessoas Colectivas no Comércio Electrónico” (Fiscalidade n.º 6 – Abril 2001), “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro à luz do artigo 15º do Modelo de Convenção OCDE” (Fiscalidade n.º 17 – Janeiro 2004), “O regime de emissão de dívida pública” (Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Sousa Franco, Vol. II), “Ainda a propósito da tributação dos trabalhadores portugueses na Alemanha – algumas notas” (Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º I - Primavera 2008), “The concept of interest under the OECD Model Tax Convention” (obra colectiva “The Savings Directive”, da editora Linde Verlag - 2006), “Double Taxation Conventions and Social Security Conventions - Portugal” em co-autoria com Ricardo Borges (obra colectiva “Double Taxation Conventions and Social Security Conventions”, da editora Linde Verlag - 2006).

Publicou as obras monográficas “A cláusula Geral Anti-Abuso no Direito Tributário: contributos para a sua compreensão”, pela editora Almedina, em 2004, o “Imposto do Selo Anotado”, pela editora Almeida & Leitão, em 2000 (enquanto co-autor) e “Legislação Cooperativa Anotada”, pela editora Vida Económica, em 2000 (enquanto co-autor).

ANTÓNIO BRIGAS AFONSO

A minha actividade profissional tem-se desenvolvido na Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo, onde exerci vários cargos de chefia, de que se destaca o cargo de Subdirector-Geral. Tenho vários trabalhos publicados na área do direito aduaneiro e integrei as comissões que elaboraram os projectos de codificação dos

Impostos especiais de consumo e do imposto sobre veículos. Durante as duas últimas



Presidências Portuguesas da UE, presidi, em Bruxelas, ao Grupo do Conselho de Questões Fiscais.

Área de investigação: direito aduaneiro e impostos especiais de consumo;

Actividade actual: Vogal do Conselho Técnico Aduaneiro.

CURRICULUM

Classificações Académicas e de serviço: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL);

Graduações obtidas em concursos: Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) ministrado pelo INA, tendo obtido a classificação final de 16,3 valores;

Trabalhos Científicos relevantes: Fui relator do Relatório da Comissão para a Reorganização dos Serviços Aduaneiros na parte relativa ao Sistema dos IEC na DGAIEC (Vide pp. 206 a 270 do 2.º Volume da Publicação do Ministério das Finanças de Junho de 1998; Integrei a Comissão que elaborou o Projecto de Código dos Impostos Especiais de Consumo, presidida pelo Prof. Doutor Saldanha Sanches; Presidi, em substituição do então Director-Geral, ao Grupo de Trabalho para a Reforma do Imposto Automóvel, que elaborou o respectivo projecto de codificação e que foi também publicado pelo Ministério das Finanças; Durante as duas últimas Presidências Portuguesas da UE, presidi em Bruxelas ao Grupo do Conselho de Questões Fiscais.

Outras Informações: Em 26/3/1997, fui nomeado Director de Serviços dos Impostos sobre o Alcool, as Bebidas Alcoólicas, os Tabacos e o Valor Acrescentado; Em 7 de Junho de 2000 fui nomeado Subdirector-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, cargo que exerci, ininterruptamente, até Junho de 2007. Colaborei com a ECORFI; No ano lectivo de 1980/1981 - exerci as funções de Monitor de Direito Financeiro na Faculdade de Direito de Lisboa. Participo, com alguma regularidade, como orador, em seminários que versam questões fiscais como se comprova pela recolha efectuada na INTERNET (GOOGLE) Fui presidente de vários concursos para dirigentes da DGAlfândegas.

PUBLICAÇÕES

Sou co-autor das seguintes publicações:



Estudos. Braga 1992;

Código Aduaneiro Comunitário - Anotado, - Edições ASA - Porto – 1994;

Impostos Especiais de Consumo (Legislação Actualizada e Anotada), ed. GRAFTEAM – Artes Gráficas, S.A – Lisboa, 1996.

Sou autor do Código dos Impostos Especiais de Consumo Anotado e Actualizado, ed. Rei dos Livros – Lisboa, 2000;

PRINCIPAIS ARTIGOS PUBLICADOS

Revista Ciência e Técnica Fiscal n.º 402 -Notas sobre o Código dos Impostos Especiais de Consumo

Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (Janeiro 2007) - Noções Gerais sobre Impostos Especiais de Consumo

Revista Alfândega n.º 22/23 - Novo regime fiscal dos produtos petrolíferos

Revista Alfândega n.º 38 - Produtos Petrolíferos - Circulação intracomunitária e regime fiscal; - Impostos especiais de consumo e preservação do ambiente;

Revista Alfândega n.º 57 -A Aproximação das Alfândegas ao Cidadão – Cumprimento das Obrigações na área do IA e IEC, através de Transmissão electrónica de Dados;

Revista dos Quadros Técnicos do Estado - Ano VI - As Alfândegas face ao mercado interno

Revista FISCO - Ano 4 - Abril 92 - Produtos Petrolíferos: Regime fiscal.

GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1999), Mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2003) e encontra-se a preparar o doutoramento nesta Faculdade.

CURRICULUM

Exerce actualmente funções de Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde tem vindo a colaborar na Menção de Jurídico-Económicas, é docente da



Católica Portuguesa, e é Advogado inscrito no Conselho Distrital de Lisboa.

É vogal da Direcção do IDEFF, Secretário Executivo da Pós-Graduação Avançada em Finanças e Gestão do Sector Público do IDEFF e rege a cadeira de Benefícios Fiscais no curso de Pós-Graduação de Direito Fiscal, do IDEFF.

Tem participado frequentemente, como orador em várias conferências e seminários em Portugal, Cabo Verde e Guiné-Bissau, sendo de assinalar:

"O IUR e a Tributação das pessoas singulares", Curso de Direito Fiscal em Cabo Verde, 2006 (Cidade da Praia) e 2007 (Mindelo);

"O novo Código da Contratação Pública: implicações administrativas e financeiras", Curso de especialização sobre o Código da Contratação Pública no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), 25 de Outubro de 2007;

"Os benefícios fiscais no Direito Empresarial português: evoluções recentes", Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 14 de Abril de 2007;

"A contabilidade empresarial guineense e o Acto Uniforme relativo ao sistema contabilístico OHADA", Faculdade de Direito de Bissau, 21 de Novembro de 2007;

"Direito Orçamental Ambiental", Instituto de Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito de Lisboa, 27 de Novembro de 2007;

"O regime jurídico do sector empresarial local", Curso organizado com Nuno Cunha Rodrigues, Tribunal de Contas, 15 a 17 de Abril de 2008;

"O endividamento autárquico e a Lei das Finanças Locais", Curso organizado com Nuno Cunha Rodrigues, Tribunal de Contas, 22 a 24 de Abril de 2008;

"Guiné-Bissau: Estado Fiscal ou Estado Patrimonial?", Conferência proferida na Faculdade de Direito de Bissau, Bissau, Maio de 2008;

"As regras orçamentais de tipo numérico na Guiné-Bissau", Seminário em Curso de Especialização para funcionários do Ministério das Finanças guineense, Maio de 2008;

"Introdução dos APPT na legislação fiscal portuguesa", conferência proferida com Clotilde Celorico Palma, organizado pela KPMG/Universidade Católica Portuguesa, 18 e 19 de Setembro de 2008;



Conferência organizada pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Santa Maria da Feira, 20 de Fevereiro de 2009;

"O Novo Código Geral Tributário caboverdiano", Cidade da Praia, Março de 2009;

"Global Transfer Pricing Conference 2009 - Transfer Pricing - Beyond the Downturn" (org. PWC), orador do Pannel - What Governments are thinking across Europe, 22 de Outubro de 2009.

Integrou a Comissão de Reavaliação dos Benefícios Fiscais, nomeada por Despacho do Ministro de Estado e das Finanças de Maio de 2005 e é consultor jurídico do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais desde 2005 (do XVII e do XVIII Governos Constitucionais). É Presidente do Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento (2010-...).

PUBLICAÇÕES

Livros:

A Despesa Fiscal e o Orçamento do Estado no Ordenamento Jurídico Português, Coimbra, Almedina, 2004;

Em co-autoria com Sérgio Vasques, Casos Práticos de Direito Financeiro, AAFDL, 2004;

Os Benefícios Fiscais: Sistema e Regime, Cadernos IDEFF n.º 6, Coimbra, Almedina, 2006;

Em co-autoria com Guilherme D'Oliveira Martins e Maria D'Oliveira Martins, Lei de Enquadramento Orçamental Anotada e Comentada, Coimbra, Almedina, 2007, 1.ª e 2.ª edição.

Artigos e Recensões:

Em co-autoria com Afonso D'Oliveira Martins, "El Tercer Sector en Portugal", in El Tercer Sector Iberoamericano – Fundaciones, Asociaciones y ONG's (José Luis Piñar Mañas – Dir., Ricardo Sánchez Rivera – Coord.), Valencia, 2001, págs. 906 – 943;

Colaboração na elaboração do texto de Afonso D'Oliveira Martins, "A Europeização do



Direito Administrativo Português", in Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues, Coimbra Editora, Coimbra, 2001, págs. 999 – 1024;

"Nos 20 anos da Constituição de 1976", Recensão publicada na Estado & Direito – Revista Semestral Luso-Espanhola de Direito Público, n.º 21/26 (1998 – 2000), págs. 287 – 294;

"Ab Uno ad Omnes", Recensão publicada na Estado & Direito – Revista Semestral Luso-Espanhola de Direito Público, n.º 21/26 (1998 – 2000), págs. 295 – 300;

"A fiscalização e a prova do exercício do direito à dedução no IVA – a propósito das operações simuladas... (Anotação ao Acórdão do Tribunal Central Administrativo de 9 de Abril de 2002 -Recurso n.º 3817/00)", Ciência e Técnica Fiscal, n.º 406 (Abril – Junho), 2002;

"O Poder Tributário das Regiões Autónomas – Criar ou Adaptar eis a Questão...", Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vol. XLII, n.º 2, 2001, págs. 1085 – 1122;

"A Administração Tributária e o Segredo bancário" - Anotação ao Acórdão do Tribunal Central Administrativo de 17 de Junho de 2003, Ciência e Técnica Fiscal, n.º 409-410 (Janeiro – Junho), 2003, págs. 362 - 369;

"As implicações financeiras da política tributária ambiental", Revista Forum de Direito Tributário, n.º 14 (Março), Belo Horizonte, 2005;

Em co-autoria, Reavaliação dos Benefícios Fiscais, Caderno de Ciência e Técnica Fiscal, n.º 198, Coimbra, Almedina, 2005;

"O princípio da autotributação: perspectivas e evoluções recentes", Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor Doutor António de Sousa Franco, Coimbra, Coimbra Editora, 2006;

"Os benefícios fiscais e a igualdade tributária", Revista Forum de Direito Tributário, n.º 24 (Novembro-Dezembro), Belo Horizonte, 2006;

Em co-autoria com Sérgio Vasques, "A evolução da tributação ambiental em Portugal", Revista Forum de Direito Tributário, n.º 28 (Julho-Agosto), Belo Horizonte, 2007;

Em co-autoria com Afonso d'Oliveira Martins, "Conceito e regime do terceiro sector.



"Alguns aspectos", Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, 90 Anos, Coimbra, Almedina, 2007;

Entrada "Despesa Fiscal", Dicionário Jurídico da Administração Pública, Lisboa, 2007, págs. 265 - 294;

"Um novo contrato social nas finanças públicas francesas?", Recensão publicada na Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º I, 2008 (Abril), págs. 343 - 345;

Em co-autoria com Alexandra Pessanha e Nuno Cunha Rodrigues, "As implicações público-financeiras e concorrenciais do novo Código dos Contratos Públicos: análise preliminar", Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º 3, 2008 (Outubro), págs. 151 - 178;

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2006 – João Carvalho, Maria José Fernandes, Pedro Camões e Susana Jorge, Recensão publicada na Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º 3, 2008 (Outubro), págs. 289 - 291;

A Incidência e os Critérios de Territorialidade do IVA – Rui Lares, Recensão publicada na Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º 4, 2008 (Dezembro), págs. 363 - 365;

The Economists' Voice – Top Economist take on Today's Problems – Joseph E. Stiglitz, Aaron S. Edlin e J. Bradford Delong (Eds.), Recensão publicada na Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º 4, 2008 (Dezembro), págs. 373 - 374;

Redistribuição Tributária – João Ricardo Catarino, Recensão publicada na Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º I, 2009 (Março), págs. 281 - 284 (em co-autoria com Nazaré Costa Cabral);

Em co-autoria com Clotilde Celorico Palma, "A introdução dos acordos prévios sobre preços de transferência na legislação fiscal portuguesa: nota preliminar", Revista Fiscalidade, n.º 36, Outubro - Dezembro de 2008, págs. 19-28;

Em co-autoria com Nuno Cunha Rodrigues, "Sobre o financiamento das entidades reguladoras do sistema financeiro em Portugal", in Regulación, Supervisión y Autoridades de los Mercados Financieros. Un Estudio de Derecho Público Económico, no prelo;

"Direito Administrativo dos benefícios fiscais", in Paulo Otero e Pedro Gonçalves (org.), Tratado de Direito Administrativo Especial, no prelo.



LUIS MAGALHÃES

Head of Tax da KPMG em Portugal. Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (1988). YMP – INSEAD. Inscrito na Ordem dos Advogados (1989).

A sua experiência tem-se centrado nas questões associadas ao sector financeiro, acompanhando de igual modo alguns dos principais grupos portugueses da área não financeira.

Foi responsável pela consultoria fiscal e clientes da área financeira, seguradora e multinacionais, numa empresa de auditoria e consultoria, acompanhando permanentemente esses mesmos grupos a operar em Portugal.

Foi Director coordenador responsável pela área jurídica de um Grupo Financeiro, acompanhando os assuntos de natureza jurídica e fiscal relacionados com a actividade do Grupo.

JOÃO COSTA ANDRADE

Advogado (Associado Senior) – “Leite de Campos, Soutelinho & Associados, Sociedade de Advogados, RL”. Mestre em Direito Criminal, pela Faculdade de Direito da Faculdade de Coimbra. Autor de diversas obras de Direito Criminal e Direito Tributário. Conferencista. Professor da Escola Superior de Polícia e Ciências Criminais.

Docente em cursos de Pós-graduação na Faculdade de Direito de Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, ISEG e outros.

VASCO VALDEZ MATIAS

Licenciado e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Professor Coordenador do ISCAL. Advogado

Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (2002-2004) e Subsecretário de Estado do Orçamento e, posteriormente, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (1991-1995).

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



IV Pós-Graduação de Especialização em Mercados Financeiros:
Funcionamento e Regulação do Sistema Financeiro
2012-2013

Módulos do Primeiro Semestre

Sistema Financeiro Português (24h)

Luís Máximo dos Santos

Produtos e Instrumentos Financeiros (24h)

Paulo Câmara

Supervisão Bancária e Financeira (24h)

Armindo Saraiva Matias

O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise (24h)

José Bracinha Vieira

(Fim do 1.º Semestre)

Módulos do Segundo Semestre

Fiscalidade dos Mercados e dos Produtos Financeiros (24h)

Manuela Teixeira

Auditoria e Ilícitos (24h)

Mário Freire e Helena Bolina

***Compliance* (24h)**

Carlos Albuquerque

Seminários de Temas de Gestão Bancária e Seguradora (24h)

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



Apresentação do tema do trabalho final e designação de orientador

Sessão de Encerramento

Carga horária total do curso: 300 horas

- Sessões teórico-práticas: 192 horas
- Investigação bibliográfica orientada: 108 horas

Avaliação:

- Facultada a todos os interessados;
- Consiste na entrega de um trabalho de 30 páginas, a espaços 1,5, original, a classificar pelo professor coordenador, acompanhado por dois professores doutorados; o júri pode pedir esclarecimentos orais.

Condições de inscrição:

- Licenciatura em Direito, Gestão, Economia, Finanças ou especialidades afins
- Pagamento de matrícula ou valor total das propinas

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



Tabela de Emolumentos

Reitoria da Universidade de Lisboa

Despacho n.º 66I6/2004 (2.ª série – D.R n.º 78, I de Abril) actualizado pelo Despacho n.º 428I/2006 de 22 de Fevereiro.

Descrição	Montante em Euros
Prática de actos fora de prazo:	Acresce a taxa de:
Nos primeiros quinze dias	16,30 €
De 15 a 30 dias	32,50 €
Superior a 30 dias	65 €
Certidões:	Pagamento da taxa no valor de:
Inscrição / Frequência	7,70 €
Conclusão do Curso	16,30 €
Inscrição /Carga horária /Programa	7,70 €
2.ª Via do certificado	16,30 €

1 As **mensalidades**, (meses de **Novembro a Junho**) deverão ser pagas até **dia 8 de cada mês**; os módulos devem ser pagos integralmente no acto da inscrição

2 Este valor acresce ao valor da matrícula.

3 No caso de **transferência bancária**, o comprovativo deve ser enviado por uma de três formas – via postal (para o endereço acima indicado), e-mail (ideff@fd.ul.pt) ou pessoalmente no Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal. Em qualquer caso, deve sempre ser indicado:
1. Identificação do Aluno (nome completo); 2. Finalidade do pagamento: indicação do nome do Curso; 3. Indicar a data da transferência.

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



ANEXO I

(Valores da matrícula e propina)

I. Taxas ¹:

Matrícula – Euro. 200,00

Propina do curso: a fixar em cada ano lectivo pelo Coordenador do Curso pós graduado²

Fotocópia por exame: Euro 10

2. Modalidades de pagamento do curso:

- a) Pagamento integral no acto da inscrição – isenção pelo pagamento da matrícula;
- b) Pagamento mensal – 8 prestações (Novembro de 2012 a Junho de 2013).

3. O pagamento da propina do Curso poderá ser efectuado por uma de três formas:

- 1. Cheque passado à ordem de IDEFF, pessoalmente ou via CTT, para:

IDEFF

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

I649-014 Lisboa

- 2. Transferência bancária para o NIB 0035 0824 0000 9256 7302 5 (CGD, Balcão Universidade), fazendo chegar ao IDEFF, por e-mail (ideff@fd.ul.pt), pessoalmente ou via CTT, cópia do documento comprovativo da transferência
- 3. Efectuando o pagamento no IDEFF em numerário

ANEXO II

(Emissão de documentos)

São emitidos documentos nos termos da tabela de emolumentos da Reitoria da Universidade de Lisboa.

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



ARTIGO 13.º

Aprovação

1. A aprovação no trabalho final confere o direito a um "Certificado de Curso Pós-graduado".
2. O certificado conterà a menção de "Suficiente" quando os alunos tiverem obtido média de 10 a 13 valores, a menção de "Bom", quando os alunos tiverem obtido média de 14 e 15 valores, a menção de "Muito Bom" quando os alunos tiverem obtido média final de 16 e 17 valores e a menção de "Excelente" quando os alunos tiverem obtido média final igual ou superior a 18 valores.

ARTIGO 15.º

Taxas e emolumentos

As taxas e os emolumentos devidos ao IDEFF são os que constam dos anexos I e II do presente regulamento, sem prejuízo de decisão da Direcção do IDEFF.

Lisboa, Junho de 2012



ARTIGO 8.º

Mudança de curso

A mudança de curso é permitida trinta dias seguintes à data de início do primeiro semestre, desde que, por esse facto, não seja ultrapassado o limite de vagas fixadas.

ARTIGO 9.º

Frequência do curso

I. A frequência do curso implica:

- a) Frequência e avaliação, caso exista, em todas as disciplinas exigidas;
- b) Frequência, com avaliação, caso exista, das conferências.

2. Nos casos das alíneas a) e b) do n.º 2 as taxas são adequadas proporcionalmente.

ARTIGO 10.º

Calendário escolar

1. O 1.º semestre começa em Outubro e termina em Fevereiro.

2. O 2.º semestre começa em Março e termina em Junho.

3. As aulas são ministradas entre as 18 horas e as 22h30m, às terças-feiras e quintas-feiras,

ARTIGO 11.º

Funcionamento das sessões presenciais

1. Os alunos inscritos no curso devem, em cada sessão presencial, rubricar, à frente dos respectivos nomes, as folhas de presença disponíveis, para o efeito, na sala.

2. As folhas de presença são retiradas, 20 (vinte) minutos, após o início de cada sessão.

3. Podem ser estabelecidos mecanismos adicionais de controlo integral das sessões.

ARTIGO 12.º

Avaliação

1. A avaliação de conhecimentos, quando exista, tem carácter individual, é baseada na redacção de um trabalho final, numa temática à escolha do aluno.

2. O resultado da avaliação é expressa numa classificação numérica, em escala de vinte valores.

3. A classificação do trabalho final não será atribuída sem que o aluno tenha previamente liquidado o montante da matrícula e das propinas, nos termos fixados nos Anexos do presente Regulamento.

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



ARTIGO 4.º

Candidaturas

O curso está aberto à candidatura de graduados por escolas universitárias portuguesas ou estrangeiras.

ARTIGO 5.º

Prazos e condições de admissão

1. Os prazos e as condições de admissão ao curso são fixados, em cada ano, até 30 de Setembro.
2. O aluno tem o prazo de um ano para concluir na íntegra o curso de pós-graduação.

ARTIGO 6.º

Seleção dos candidatos

1. Na seleção dos candidatos atende-se às suas habilitações académicas ou científicas específicas, bem como ao currículo profissional dos candidatos, na medida em que ele seja relevante para a frequência do curso.
2. Em igualdade de circunstâncias, vale como critério de preferência ter o candidato obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ou desempenhar funções de assistente ou monitor.
3. No acto da candidatura, os candidatos farão prova dos requisitos a que se referem os números anteriores que lhes digam respeito, devendo instruir as respectivas candidaturas com fotocópia do certificado de licenciatura, curriculum vitae, fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte e preencher uma ficha de candidatura com dados pessoais.

ARTIGO 7.º

Funcionamento

1. O curso apenas se realiza com o número mínimo de quinze alunos inscritos, sem prejuízo de decisão em contrário da Direcção do IDEFF.
2. No caso de o número de alunos inscritos ser inferior a quinze e o curso não tiver lugar as quantias entretanto pagas são devolvidas aos alunos inscritos.



REGULAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MERCADOS FINANCEIROS

2012/2013:

Artigo I.º

Objecto

O presente regulamento enquadra e estabelece as regras de funcionamento do curso pós-graduado em Mercados Financeiros do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

ARTIGO 2.º

Finalidade

Este curso visa estimular a criação de um grupo de profissionais altamente qualificados na área financeira, dotando-os dos instrumentos fundamentais para o exercício de qualquer tipo de actividade nas instituições de crédito e afins, bem como nas entidades reguladoras e assegurando o aprofundamento e actualização de conhecimentos necessários a um correcto desempenho de funções, conjugando uma sólida reflexão teórica, com uma apreciação crítica da prática profissional, assim contribuindo para a consolidação do sistema financeiro

ARTIGO 3.º

Organização e composição

1. O curso é organizado anualmente pelo IDEFF, sem prejuízo das orientações gerais do Conselho Científico da FDUL e compreendem:

- a) A leccionação de disciplinas semestrais;
 - b) A realização de conferências correspondentes a módulos de duração variável.
2. Cada curso tem um coordenador, que pode ser coadjuvado por consultores científicos.
3. A atribuição das regências e das eventuais colaborações compete à Direcção do IDEFF.
4. As conferências são proferidas por professores e investigadores ou por outras individualidades de reconhecido mérito, sob proposta do professor coordenador do curso.



Pós-Graduação em Mercados Financeiros
Ano Lectivo 2012/2013

Notas curriculares dos docentes

Luís Máximo dos Santos

Licenciado e Mestre em Direito, menção de Ciências Jurídico-Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Jurista do Banco de Portugal, em cujos quadros ingressou em 1992, actualmente a exercer as funções de Presidente da Comissão Liquidatária do Banco Privado Português, S.A. Docente do Instituto Europeu da FDUL desde a criação do Instituto, em 1986, até 2010. Docente da FDUL entre 1985-1999, tendo regido diversas disciplinas da área jurídico-económica. Regente de Economia Internacional na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, ao abrigo de Protocolo com a FDUL (1997-1999). Presidente do Grupo de Trabalho para a Reavaliação dos Benefícios Fiscais (2005). Membro do Grupo de Trabalho para a Revisão da Lei das Finanças Locais (2005-2006), da Estrutura de Coordenação da Reforma Fiscal (ECORFI) (2000-2001) e da Comissão de Estudo da Tributação das Instituições e Produtos Financeiros (1997-1998). Vogal do Conselho Superior da Magistratura (1999-2009) e do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (1997-1999), em ambos os casos eleito pela Assembleia da República. Tem diversos trabalhos publicados nas áreas da sua especialidade.

José Manuel Bracinha Vieira

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, Mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito de Lisboa (1986). Consultor Jurídico e Director Adjunto do Banco de Portugal. Docente universitário: Faculdade de Direito de Lisboa (1977-1992), Universidade Lusíada (1987-1992) e Universidade Autónoma de Lisboa (1996-2002). Presidente da Finangeste - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A. (1982-1992). Secretário de Estado dos Recursos Educativos (1992-1994). Presidente do Conselho Fiscal do Centro Europeu Jacques Delors (1995-1998). Presidente do Instituto Nacional de Habitação (1995-1996). Presidente da Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A. (1998-2002). Vereador não executivo da Câmara Municipal de Palmela (2001-2005). Presidente da Parque Expo 98, S.A. (2002-2005).

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



Presidente da Assembleia Geral do Oceanário de Lisboa. Membro da Assembleia Municipal de Palmela e Coordenador do grupo de deputados municipais do PSD.

Paulo Câmara

Mestre em Direito (FDUL, 1996) e advogado (Sérvulo & Associados, desde 2008). Foi Director do Departamento de Emitentes (1998-2006) e Director do Departamento Internacional e de Política Regulatória (2006-2008) da CMVM. Membro do Conselho Orientador (desde 2008) e Associado fundador do Instituto dos Valores Mobiliários. Membro do Comité de Coordenação do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (2006-2008). Membro do *European Securities Committee* (2007-2008). Membro do *Steering Group on Corporate Governance* da OCDE (1998-2008). Membro do Grupo de Trabalho constituído para a elaboração do Código dos Valores Mobiliários (1998-1999). Lecciona em cursos de pós-graduação (na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na Universidade Católica Portuguesa e no Instituto Superior de Economia e de Gestão) e publica regularmente na área do Direito dos Valores Mobiliários, do Direito das Sociedades e do Governo das Sociedades, sendo nomeadamente autor do *Manual de Direito dos Valores Mobiliários* (2009).

Armindo Saraiva Matias

Licenciado em Direito, Mestre em Direito. Doutor em Direito (Ciências Jurídicas). DEA em Direito privado, económico e social (Universidade de Madrid).

Professor Associado do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, regendo as cadeiras de Direitos Reais, Direito Comercial, Direito Económico e Direito Bancário. □ Foi Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa onde regeu a Cadeira de Direito Económico. Proferiu conferências, designadamente em diversas universidades, em Portugal e no estrangeiro, e publicou numerosos trabalhos de índole universitária, em livros e revistas da especialidade, no âmbito do Direito Económico, Direito Bancário e Direitos Reais.

Advogado Especialista em direito financeiro por título atribuído pela Ordem dos Advogados. Jurisconsulto e Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados, em 1976.

Dirigiu os serviços jurídicos e de contencioso de instituto público; consultor de importante instituição de crédito; foi consultor de confederação de grande relevo nacional; coordenou grupos de trabalho que procederam à elaboração de diplomas legais relevantes,

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



no domínio económico e financeiro, tendo, designadamente, presidido a Grupo de Trabalho do Conselho Europeu.

Membro de tribunal arbitral, foi convidado para a Lista de Árbitros do Instituto do Mercado de Valores Mobiliários da Faculdade de Direito de Lisboa.

É representante, em Portugal, da Associação Europeia de Direito Bancário e Financeiro (AEDBF) e correspondente da Revista EUREDIA.

Carlos António Torroaes Albuquerque

Bacharelato em Contabilidade e Administração (ISCAL), Licenciatura em Gestão de Empresas (ISE) e Pós-Graduação em Ciência Política (IEP-U Católica). Frequência *Programa de Empresa* no INSEAD, em Paris e do programa do *International Institute for Securities Market Development* da SEC-Securities and Exchange Commission, em Washington, USA.

Foi assistente universitário no ISE, UA e ISGB e Director da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. É actualmente Head of Compliance do Grupo BCP, onde exerce funções desde 1995 nas áreas de Gestão de Activos, Banca Directa, Retalho (Portugal e Grécia), além da actual.

Livros publicados sobre obrigações (*“Análise e Avaliação de Obrigações”*, Rei dos Livros) e mercados financeiros a prazo (*“Investimentos, Contas Margem e Flutuações de Bolsa”*, Rei dos Livros). Manuais de *“Gestão do Risco de Taxa de Juro”*, *“Finanças Empresariais”* (co-autoria) e *“Risco e Diversificação”* (co-autoria) editados pelo Instituto Superior de Gestão Bancária. Diversos artigos publicados, designadamente nos Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários, da CMVM.

Helena Magalhães Bolina

Licenciada em Direito, pela FDUL (1989), e Mestre em Direito, Ciências Jurídico-Criminais (pela FDUC, 1997). Advogada de 1990 a 1994. Monitora da FDUL (Direito Internacional Público), 1989-90. Docente do I.S.C.A.L. (Noções Fundamentais de Direito e Direito Comercial), de 1990 a 1999. É colaboradora da CMVM, desde 1996, tendo exercido funções de Directora-adjunta do Departamento de Contencioso e, posteriormente, do Gabinete de Estudos. Exerce actualmente o cargo de Directora do Departamento de Análise de Operações e Investigação. Publicou estudos nas áreas do

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FIDL



Direito Processual Penal, Direito da Contra-ordenações e Direito Penal (criminalidade contra o mercado de valores mobiliários). Participou em diversas reformas da legislação do sistema financeiro.

Mário Nuno Vicente Freire

Licenciado em Gestão pelo ISEG (1994), ROC e TOC, É colaborador da CMVM desde 1994, exercendo actualmente as funções de Director Adjunto do Departamento de Supervisão de Mercados, Emitentes e Informação (DMEI). É igualmente Secretário Geral do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA), recentemente constituído como órgão independente responsável pela supervisão da auditoria em Portugal (Novembro de 2008). É igualmente membro do Comité de Regulamentação de Auditoria (AuRC), da Comissão Europeia, e do Comité de Regulamentação de Contabilidade (ARC), igualmente da Comissão Europeia. Estes dois Comités são responsáveis pela emissão de parecer vinculativo para adopção das normas de auditoria e das normas de contabilidade na União Europeia, no âmbito do processo de comitologia.

É ainda Presidente do grupo European Enforcement Coordination Sessions (EECS) do Comité Europeu de Reguladores de Valores Mobiliários (CESR), responsável pela coordenação das decisões, dos supervisores europeus, em matéria de supervisão sobre a aplicação das normas internacionais de contabilidade na Europa.

É ainda docente de contabilidade no ISEG. Tem participado em diversas conferências e seminários nacional e internacionalmente bem como em grupos de trabalho, com especial destaque para aqueles que visaram a apresentação de projectos de legislação sobre a adopção das normas internacionais de contabilidade em Portugal e na transposição da Directiva de Auditoria.

Manuela Duro Teixeira

Manuela Duro Teixeira é Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (especialização em Ciências Jurídico-Económicas), licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (Porto) e diplomada em Altos Estudos Jurídicos Europeus no Collège d'Europe (Bruges, Bélgica).

É, desde Dezembro de 2008, Directora Coordenadora da Direcção de Assessoria Fiscal do Banco Comercial Português, S.A., onde até essa data era directora central. De 1999 a Junho de 2005 foi sócia da Arthur Andersen (que, a partir de Agosto de 2002, fundiu as suas actividades em Portugal com a Deloitte), onde iniciou a sua actividade profissional em 1988 como assistente.

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



É autora de diversos artigos e publicações fundamentalmente em matéria fiscal e responsável por cadeiras de fiscalidade dos produtos financeiros e dos mercados financeiros em diversas pós-graduações no Instituto Superior de Gestão Bancária, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e de fiscalidade no MBA da AESE.

Participa regularmente como oradora em seminários e conferências em Portugal e no estrangeiro.

Em Setembro de 2006 recebeu o Prémio 40 anos da Associação Fiscal Portuguesa e foi a relatora portuguesa ao Congresso de 2008 da International Fiscal Association, sobre o tema “New tendencies in tax treatment of cross-border interest of corporations”.

É membro da Associação Fiscal Portuguesa e da International Fiscal Association.

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDI.



Pós-Graduação em Mercados Financeiros
2012/2013

Iº Semestre

Outubro

Dia 23

18:15 20:15	Sistema Financeiro Português I/12 Dr. Luis Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira I/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 25

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise I/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros I/12 Dr. Paulo da Câmara	

Novembro

Dia 06

18.15 20.15	Sistema Financeiro Português 2/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 2/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 08

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 2/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 2/12 Dr. Paulo da Câmara	

Dia 13

18:15 20:15	Sistema Financeiro Português 3/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 3/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 15

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 3/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 3/12 Dr. Paulo da Câmara	

Dia 20

18.15 20.15	Sistema Financeiro Português 4/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 4/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 22

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 5/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 5/12 Dr. Paulo da Câmara	

Dia 27

18.15 20.15	Sistema Financeiro Português 5/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 5/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 29

18:15 20:15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 6/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 6/12 Dr. Paulo da Câmara	

Dezembro

Dia 04

18.15 20.15	Sistema Financeiro Português 6/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 6/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 06

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 7/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 7/12 Dr. Paulo da Câmara	

Dia 11

18.15 20.15	Sistema Financeiro Português 7/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 7/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

14 de dezembro de 2012 a 04 de janeiro de 2013- Férias do Natal e Ano Novo

Janeiro

Dia 08

18.15 20.15	Sistema Financeiro Português 8/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 8/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 10

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 8/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 8/12 Dr. Paulo da Câmara	

Dia 15

18:15 20:15	Sistema Financeiro Português 9/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 9/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 17

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 9/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 9/12 Dr. Paulo da Câmara	

Dia 22

18:15 20:15	Sistema Financeiro Português 10/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 10/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 24

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 10/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 10/12 Dr. Paulo da Câmara	

Dia 29

18:15 20:15	Sistema Financeiro Português 11/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 11/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 31

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 11/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 11/12 Dr. Paulo da Câmara	

Fevereiro

Dia 05

18.15 20.15	Sistema Financeiro Português 12/12 Dr. Luís Máximo dos Santos	
20.30 22.30	Supervisão Bancária e Financeira 12/12 Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias	

Dia 07

18.15 20.15	O Sistema Financeiro Mundial perante a Crise 12/12 Dr. José Bracinha Vieira	
20.30 22.30	Produtos e Instrumentos Financeiros 12/12 Dr. Paulo da Câmara	

FIM DO PRIMEIRO SEMESTRE

2º Semestre

Fevereiro

Dia 19

18.15 20.15	Compliance 1/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 1/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 21

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 1/12	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 1/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Dia 26

18.15 20.15	Compliance 2/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 2/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 28

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 2/12	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 2/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Março**Dia 05**

18.15 20.15	Compliance 3/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 3/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 07

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 3/12	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 3/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Dia 12

18.15 20.15	Compliance 4/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 4/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 14

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 4/12	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 4/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Dia 19

18.15 20.15	Compliance 5/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 5/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 21

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 5/12	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 5/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Férias da Pascoa de 26 de março a 04 de abril**Abril****Dia 09**

18.15 20.15	Compliance 6/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 6/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 11

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 6/12	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 6/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Dia 16

18.15 20.15	Compliance 7/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 7/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 18

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 7/12	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 7/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Interrupção devido aos feriados 25 de Abril e 01 de Maio

Maio**Dia 07**

18.15 20.15	Compliance 8/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 8/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 09

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 8/12	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 8/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Dia 14

18.15 20.15	Compliance 9/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 9/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 16

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 9/12 Dr. Paulo Câmara	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 9/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Dia 21

18.15 20.15	Compliance 10/12 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos 10/12 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 23

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora 10/12	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros 10/12 Dr.ª Manuela Teixeira	

Dia 28

18.15 20.15	Compliance II/I2 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos II/I2 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 30

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora II/I2	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros II/I2 Dr.ª Manuela Teixeira	

Junho**Dia 04**

18.15 20.15	Compliance I2/I2 Dr. Carlos Albuquerque	
20.30 22.30	Auditoria e Ilícitos I2/I2 Dr. Mário Freire e Dr.ª Helena Bolina	

Dia 06

18.15 20.15	Seminários de temas de gestão bancária e seguradora I2/I2	
20.30 22.30	Fiscalidade dos mercados e dos produtos financeiros I2/I2 Dr.ª Manuela Teixeira	

Até 21 de Junho pedido e designação de orientador

02 de setembro entrega dos trabalhos finais



Doc. 9

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre a FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA e o MUNICÍPIO DA
COVILHÃ

PRIMEIRO OUTORGANTE:

FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA, sita na Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014, Lisboa, representada neste acto pelo Professor Doutor EDUARDO VERA-CRUZ PINTO, que aqui outorga na qualidade de Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

SEGUNDO OUTORGANTE:

MUNICÍPIO DA COVILHÃ, pessoa colectiva de direito público, com o número 505.330.768 de identificação, com sede na Praça do Município, na Covilhã, aqui representado por CARLOS ALBERTO PINTO, que aqui outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Considerando que:

- A Faculdade de Direito de Lisboa dispõe de áreas de formação pós-universitárias vocacionadas para a divulgação e para o aperfeiçoamento das matérias jurídicas, e para a formação de sensibilidades político-culturais e de competências de quadros técnicos com vista ao desenvolvimento do interior do País;
- Essas áreas de formação constituem um elemento essencial para o Município da Covilhã, em particular as que dizem respeito ao Direito da Informática e, naturalmente, ao Direito das Autarquias Locais;
- A Faculdade de Direito de Lisboa tem docentes especializados nas matérias abrangidas pelas temáticas supra referidas e a estrutura necessária para a criação, execução e certificação de Cursos de Pós-Graduação;



- O Município da Covilhã, no quadro de competências e atribuições conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, dispõe de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento e da promoção de actividades de interesse municipal;
- É igualmente da competência dos órgãos municipais colaborar no apoio a projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- O Município da Covilhã tem os meios físicos e organizacionais necessários para o efeito;
- Ambas as instituições se propõem contribuir para a diminuição de disparidades culturais, ambientais e sociais, no sentido da coesão entre populações e da promoção do seu desenvolvimento, no âmbito do intercâmbio e da colaboração entre as várias entidades públicas, com vista a um maior aprofundamento e interligação e a uma gestão mais eficaz dos recursos em função da prossecução do interesse público.

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o n.º 4 do artigo 64.º do mesmo diploma legal, é celebrado o presente **Protocolo de Colaboração**, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Criação de Cursos

É no quadro atrás definido que a Faculdade de Direito de Lisboa celebra o presente protocolo com o Município da Covilhã, tendo em vista a criação e a organização de dois cursos Pós-Graduados a ministrar na cidade da Covilhã: DIREITO DA INFORMÁTICA E DO CIBERESPAÇO e DIREITO DAS AUTARQUIAS LOCAIS.



Cláusula 2.ª

Objectivos

Os Cursos destinam-se a dotar os participantes com conhecimentos jurídicos teóricos e práticos no âmbito do exercício das respectivas funções, a fim de sensibilizarem os decisores para os temas do direito em segurança informática e das novas tecnologias e para as matérias abrangidas pelo direito das autarquias locais.

Cláusula 3.ª

Condições de matrícula e inscrição

1. Podem candidatar-se aos Cursos Pós-Graduados referidos na cláusula primeira os titulares de licenciatura em Direito.
2. Os titulares de outra licenciatura podem também candidatar-se aos Cursos, apresentando requerimento com a motivação e o *curriculum vitae*, que será apreciado e decidido pelo Coordenador de cada um dos Cursos até antes do seu início.
3. Podem ainda candidatar-se aos Cursos, possuidores de currículo relevante na área da Administração Pública ou das matérias de informática/ Ciberespaço, a aferir pelo Coordenador de cada Curso.
4. Os candidatos devem juntar ao boletim de inscrição os seguintes documentos:
 - a) Certidão comprovativa de um dos graus referidos em 1. e 2.
 - b) *Curriculum vitae*.

Cláusula 4.ª

Fixação do número de vagas e inscrições

1. O Director da Faculdade de Direito de Lisboa fixa anualmente o número de vagas, sob proposta do Coordenador do Curso.
2. O período de inscrições inicia-se até 30 dias antes da primeira sessão de cada um dos Cursos.
3. As inscrições são realizadas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por uma das formas estabelecidas nos documentos informativos dos Cursos, a publicar em www.fd.ul.pt no prazo referido no número anterior.



Cláusula 5.ª

Condições de funcionamento

1. Os Cursos têm a duração de um semestre e são realizados na cidade da Covilhã.
2. Os dois Cursos Pós-Graduados, objecto do presente protocolo - *Curso de Direito da Informática e Ciberespaço* e *Curso de Direito das Autarquias Locais* - realizar-se-ão entre Outubro de 2012 e Março de 2013.
3. Os participantes podem escolher entre a mera frequência das aulas e o regime de avaliação.
4. Os Cursos compreendem módulos de aulas e conferências, cada um deles dedicado a um tema constante do programa definido e divulgado em www.fd.ul.pt.
5. A avaliação dos alunos traduz-se na classificação numérica (de 0 a 20) de um trabalho escrito final/relatório a apresentar no termo do semestre.
6. Só podem ter acesso à avaliação do relatório os alunos que tenham frequentado um mínimo de $\frac{3}{4}$ (três quartos) das aulas de cada um dos Cursos.
7. O relatório deve versar um dos temas do Curso ou outro desde que tenha sido proposto ao Coordenador do Curso até ao final da parte lectiva dos Cursos e este o tenha aceite.
8. O relatório deverá ter um máximo de 50 páginas, obedecendo ao formato A4, letra 12, a espaço e meio.
9. O aluno poderá ser convocado para prestar esclarecimentos orais sobre o trabalho escrito final.

Cláusula 6.ª

Plano curricular

O plano de estudos de cada um dos Cursos aqui criados para serem ministrados no Município da Covilhã, as respectivas condições gerais de inscrição e de frequência e os respectivos calendários constam nos documentos dos Cursos, publicados até 30 dias antes do início da parte escolar, em www.fd.ul.pt.



Cláusula 7.ª

Coordenação / Leccionação

1. A coordenação científica de cada um dos Cursos é assegurada por um Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
2. O Secretariado dos Cursos é assegurado pelo Secretário que vier a ser designado para o Curso de *Direito da Informática e Ciberespaço* e pelo Secretário que vier a ser designado para o Curso de *Direito das Antarquias Locais*.
3. As conferências dos Cursos são proferidas por professores da Faculdade de Direito de Lisboa e, excepcionalmente, por individualidades de reconhecido mérito e experiência nas áreas temáticas da sua especialidade, desde que o seu curriculum seja previamente reconhecido pelos coordenadores científicos dos Cursos.

Cláusula 8.ª

Propinas

1. As propinas são fixadas anualmente pelo Director da Faculdade de Direito de Lisboa, ouvido o Coordenador de cada um dos Cursos.
2. No caso de desistência do Curso após o seu início, não serão devolvidas as quantias entretanto pagas, salvo apresentação de motivo de força maior para a desistência, a avaliar pelo Coordenador de cada um dos Cursos.

Cláusula 9.ª

Certificação

1. A mera frequência dos Cursos dá lugar apenas a um certificado de frequência.
2. A aprovação no Curso dá direito a um certificado de conclusão.

Cláusula 10.ª

Programa

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa definirá os programas de cada um dos Cursos a realizar, bem como os docentes que leccionarão cada um dos seus módulos, nos termos dos programas que se anexam ao presente protocolo e que dele fazem parte integrante.



Cláusula 11.ª

Logística e Custos

1. O Município da Covilhã disponibilizará as instalações do Auditório Municipal, sitas na Rua do Castelo, na Covilhã, para a realização das sessões dos Cursos e os meios necessários para o efeito.
2. O Município da Covilhã suportará os seguintes custos:
 - a) Despesas de deslocação e alojamento dos docentes dos Cursos quando estes se desloquem à Covilhã para leccionarem um dos seus módulos;
 - b) Despesas de deslocação e de alojamento do(s) Secretário(s) dos Cursos quando estes se desloquem à Covilhã para acompanharem algum dos actos do Curso.

Cláusula 12.ª

Produção de efeitos

1. O presente protocolo vigorará pelo período de 2 anos a contar da data da sua assinatura, podendo ser automática e sucessivamente renovado, nos termos do seu objecto, para iniciativas futuras, caso persista o interesse das partes.
2. O presente protocolo cessa quando, por falta não imputável às partes, se torne objectivamente impossível realizar o seu objecto.

Cláusula 13.ª

Compromissos

1. O presente protocolo constitui para a Câmara Municipal um meio de realização dos interesses públicos, relativos à matéria aqui objecto, e postos por lei a seu cargo, comprometendo-se o segundo outorgante a salvaguardar a efectiva realização das actividades em prol do desenvolvimento da comunidade local.
2. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, o Município da Covilhã e a Faculdade de Direito de Lisboa colaborarão entre si nas iniciativas que vierem a ser acordadas por ambas as partes.



Cláusula 14.^a

Observatório do Direito e Interioridade

A Câmara Municipal da Covilhã integra o CIDI-ODI (Centro de Investigação Direito e Interioridade – Observatório do Direito e Interioridade).

Cláusula 15.^a

Revisão

Qualquer revisão, alteração ou adaptação dos termos previstos neste protocolo de colaboração carece de prévio acordo escrito de todos os outorgantes e com expressa menção das cláusulas suprimidas, alteradas ou aditadas.

Cláusula 16.^a

Eficácia

Os termos do presente Protocolo serão objecto de deliberação da Câmara Municipal da Covilhã ao abrigo do n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro.

Todas as cláusulas do presente protocolo foram essenciais para a formação da vontade negocial dos outorgantes, sendo certo que todas elas correspondem inteiramente à vontade livremente expressa pelos mesmos, na sequência do que o vão assinar, ficando o original do protocolo na posse do Município da Covilhã e o duplicado na posse do representante da Faculdade de Direito de Lisboa, igualmente assinado por ambos os outorgantes.

Covilhã, Praça do Município, em 6 de Julho de 2012

Primeiro Outorgante,

Eduardo Vera-Cruz Pinto

Segundo Outorgante,

Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

Carlos Alberto Pinto



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



Doc. 10

I Curso Pós-Graduado de Atualização sobre

Direito das Autarquias Locais

da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
em colaboração com a Câmara Municipal da Covilhã

2012-2013

PROGRAMA

Abertura

(19 de Outubro de 2012)

Sexta-feira, dia 19 de Outubro de 2012:

16:00-17:00: Abertura do Curso

Dr. Carlos Pinto (Presidente da Câmara Municipal da Covilhã)

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Diretor da Faculdade de
Direito da Universidade de Lisboa)

I Módulo

A)

Tema: _____
(19 e 20 de Outubro de 2012)

Sexta-feira, dia 19 de Outubro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta-feira, dia 19 de Outubro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 20 de Outubro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa

Tel. (351) 217 984 600 – Fax. (351) 217 984 603 – Tlm. (351) 911 595 437

miguelmartins@fd.ul.pt

www.fd.ul.pt



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



II Módulo

A)

Tema: _____

(2 e 3 de Novembro de 2012)

Sexta feira, dia 2 de Novembro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 2 de Novembro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 3 de Novembro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

III Módulo

Tema: _____

(16 e 17 de Novembro de 2012)

Sexta feira, dia 16 de Novembro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 16 de Novembro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 17 de Novembro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



IV Módulo

Tema: _____
(30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2012)

Sexta feira, dia 30 de Novembro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 30 de Novembro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 1 de Dezembro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

V Módulo

Tema: _____
(14 e 15 de dezembro de 2012)

Sexta feira, dia 14 de Dezembro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 14 de Dezembro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 15 de Dezembro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



VI Módulo

Tema: _____
(11 e 12 de janeiro de 2013)

Sexta feira, dia 11 de janeiro de 2013

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 11 de janeiro de 2013

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 12 de janeiro de 2013

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

VII Módulo

Tema: _____
(25 e 26 de janeiro de 2013)

Sexta feira, dia 25 de janeiro de 2013

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 25 de janeiro de 2013

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 26 de janeiro de 2013

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



IX Módulo

Tema: _____
(8 e 9 de fevereiro de 2013)

Sexta feira, dia 8 de fevereiro de 2013

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 8 de fevereiro de 2013

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 9 de fevereiro de 2013

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

X Módulo

Encerramento

(23 de fevereiro de 2013)

Sábado dia 23 de Fevereiro de 2013:

14:45-16.45: Conferência de encerramento:

Título: _____ Personalidade: _____

17:00-18:00: Intervenções finais

Dr. Carlos Pinto (Presidente da Câmara Municipal da Covilhã)

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Coordenador do Curso)

XI Módulo opcional

Metodologia Jurídica

(8 e 9 de março de 2013)

Sexta feira, dia 8 de março de 2013

1ª sessão: 15.30 -17.30

2ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 9 de março de 2013

3ª sessão: 9.00-11.00

4ª sessão: 11.30-13.30

Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa

Tel. (351) 217 984 600 – Fax. (351) 217 984 603 – Tlm. (351) 911 595 437

miguelmartins@fd.ul.pt

www.fd.ul.pt



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



*

Avaliação

Entrega de relatório sobre um dos temas tratados ao longo do Curso, até 15 de Setembro de 2013.

*

CONDIÇÕES GERAIS DO CURSO

- Carga horária do curso: 300 horas, repartidas do seguinte modo:

- Tempo lectivo: 100 horas distribuídas, por nove módulos;
- Projecto de relatório e investigação orientada: 50 horas;
- Relatório: 150 horas.

- Avaliação: O relatório deverá ter um máximo de 50 páginas, obedecendo ao formato A4, letra 12 *times new roman*, espaço e meio, no texto principal, e letra 10 *times new roman*. O relatório deve ser entregue no Gabinete de Estudos Pós-Graduados, cujo endereço consta em rodapé, em três exemplares em papel encadernados e um exemplar em suporte digital, em *cd* ou *pendrive*, até 15 de Setembro de 2013.



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



Doc.11
[Handwritten signatures]

I Curso Pós-Graduado de Atualização sobre

Direito da Informática

da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
em colaboração com a Câmara Municipal da Covilhã

2012-2013

PROGRAMA

Abertura

(19 de Outubro de 2012)

Sexta-feira, dia 19 de Outubro de 2012:

16:00-17:00: Abertura do Curso

Dr. Carlos Pinto (Presidente da Câmara Municipal da Covilhã)

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Diretor da Faculdade de
Direito da Universidade de Lisboa)

I Módulo

A)

Tema: _____

(19 e 20 de Outubro de 2012)

Sexta-feira, dia 19 de Outubro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta-feira, dia 19 de Outubro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 20 de Outubro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa

Tel. (351) 217 984 600 – Fax. (351) 217 984 603 – Tlm. (351) 911 595 437

miguelmartins@fd.ul.pt

www.fd.ul.pt



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



II Módulo

A)

Tema: _____
(2 e 3 de Novembro de 2012)

Sexta feira, dia 2 de Novembro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 2 de Novembro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 3 de Novembro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

III Módulo

Tema: _____
(16 e 17 de Novembro de 2012)

Sexta feira, dia 16 de Novembro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 16 de Novembro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 17 de Novembro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa

Tel. (351) 217 984 600 – Fax. (351) 217 984 603 – Tlm. (351) 911 595 437

miguelmartins@fd.ul.pt

www.fd.ul.pt



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



[Handwritten signatures and marks]

IV Módulo

Tema: _____

(30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2012)

Sexta feira, dia 30 de Novembro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 30 de Novembro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 1 de Dezembro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

V Módulo

Tema: _____

(14 e 15 de dezembro de 2012)

Sexta feira, dia 14 de Dezembro de 2012

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 14 de Dezembro de 2012

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 15 de Dezembro de 2012

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



VI Módulo

Tema: _____

(11 e 12 de janeiro de 2013)

Sexta feira, dia 11 de janeiro de 2013

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 11 de janeiro de 2013

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 12 de janeiro de 2013

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

VII Módulo

Tema: _____

(25 e 26 de janeiro de 2013)

Sexta feira, dia 25 de janeiro de 2013

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 25 de janeiro de 2013

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 26 de janeiro de 2013

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa

Tel. (351) 217 984 600 – Fax. (351) 217 984 603 – Tlm. (351) 911 595 437

miguelmartins@fd.ul.pt

www.fd.ul.pt



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



IX Módulo

Tema: _____

(8 e 9 de fevereiro de 2013)

Sexta feira, dia 8 de fevereiro de 2013

Conferência de abertura: 17.00 - 18.00:

Título: _____ Personalidade: _____

B)

Regentes:

Prof. Doutor _____

Prof. Doutor _____

Sexta feira, dia 8 de fevereiro de 2013

1ª sessão : 9.00-11.00

2ª sessão : 11.30-13.30

Almoço

3ª sessão: 15.30 -17.30

4ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 9 de fevereiro de 2013

5ª sessão: 9.00-11.00

6ª sessão: 11.30-13.30

X Módulo

Encerramento

(23 de fevereiro de 2013)

Sábado dia 23 de Fevereiro de 2013:

14:45-16.45: Conferência de encerramento:

Título: _____ Personalidade: _____

17:00-18:00: Intervenções finais

Dr. Carlos Pinto (Presidente da Câmara Municipal da Covilhã)

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Coordenador do Curso)

XI Módulo opcional

Metodologia Jurídica

(8 e 9 de março de 2013)

Sexta feira, dia 8 de março de 2013

1ª sessão: 15.30 -17.30

2ª sessão : 18.00-20.00

Sábado, dia 9 de março de 2013

3ª sessão: 9.00-11.00

4ª sessão: 11.30-13.30

Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa

Tel. (351) 217 984 600 – Fax. (351) 217 984 603 – Tlm. (351) 911 595 437

miguelmartins@fd.ul.pt

www.fd.ul.pt



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica
Núcleo de Formação Avançada



*

Avaliação

Entrega de relatório sobre um dos temas tratados ao longo do Curso, até 15 de Setembro de 2013.

*

CONDIÇÕES GERAIS DO CURSO

- Carga horária do curso: 300 horas, repartidas do seguinte modo:

- Tempo lectivo: 100 horas distribuídas, por nove módulos;
- Projecto de relatório e investigação orientada: 50 horas;
- Relatório: 150 horas.

- **Avaliação:** O relatório deverá ter um máximo de 50 páginas, obedecendo ao formato A4, letra 12 *times new roman*, espaço e meio, no texto principal, e letra 10 *times new roman*. O relatório deve ser entregue no Gabinete de Estudos Pós-Graduados, cujo endereço consta em rodapé, em três exemplares em papel encadernados e um exemplar em suporte digital, em *cd* ou *pendrive*, até 15 de Setembro de 2013.

CURSO DE MESTRADO
2009/2010
Mestrado em Direitos Fundamentais (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Arthur Maximus Monteiro	" O controlo da constitucionalidade das omissões legislativas pelo Supremo Tribunal Federal. Os problemas dos instrumentos de fiscalização e as propostas de solução "	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (presidente e orientador) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente) Prof. Doutor Miguel Raimundo
Kellyne Laís Laburú Alencar de Almeida	" O paradoxo dos direitos fundamentais- um estudo sobre a democracia e a disputa entre o legislador e o Tribunal Constitucional nas intervenções aos Direitos Fundamentais "	Prof. Doutor José Melo Alexandrino	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (presidente) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (orientador) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (arguente) Prof. Doutor Rui Fonseca
Lívia Tognolo da Silva Monte Alto	" O consentimento informado do paciente à luz da Constituição Brasileira "	Prof. ^a Doutora Ana Neves	Prof. ^a Doutora Maria João Estorninho (presidente) Prof. ^a Doutora Ana Neves (orientadora) Prof. ^a Doutora Alexandra Leitão (arguente) Prof. Doutor Miguel Raimundo

Luiz Antônio Freitas de Almeida	" Direitos sociais e ponderação: a ponte entre o ativismo irreflectido e o controle jurídico Nacional "	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof. Doutor David Duarte (orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (arguente) Prof. Doutor Miguel Raimundo
Maurício Mazur	" Tecnologias de Controle Judicial da Ponderação Legislativa em Normas Restritivas aos Direitos Fundamentais "	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (arguente) Prof. Doutor David Duarte (orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito
Ney Rodrigo Lima Ribeiro	" Direito Fundamental Social à alimentação: Análise com ênfase no ordenamento jurídico Brasileiro "	Prof. Doutor Jorge Miranda	Prof. Doutor Fausto de Quadros (presidente) Prof. Doutor Jorge Miranda (orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente)

CURSO DE MESTRADO
2009/2010
Mestrado em Ciências Jurídico-Internacionais (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Lianne Cristine Brasileiro Valença	" A atuação das nações Unidas nas controvérsias internacionais: os conflitos Intraestatais em Especial"	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista	Prof. ^a Doutora Maria Luísa Duarte (presidente) Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (orientador) Prof. Doutor Emílio Kaft Kosta Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente)
Maria Andreea Vana	" Políticas Ambientais da União Europeia antes e depois do Tratado de Lisboa: Plus ça Change, plus c'est la même chose"	Prof. ^a Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof. ^a Doutora Carla Amado Gomes (orientadora) Prof. ^a Doutora Alexandra Leição Prof. Doutor Cláudio Monteiro (arguente)

Túlio Batista Neiva Vaz	" A internacionalização dos contratos entre estados e empresas estrangeiras internacionais e sua natureza jurídica "	Prof. ^a Doutora Maria Luísa Duarte	Prof. ^a Doutora Maria Luísa Duarte (presidente e orientadora) Prof. Doutor Luís Morais (arguente) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas Prof. Doutor Miguel Raimundo
-------------------------	--	---	--

CURSO DE MESTRADO
2009/2010
Mestrado em Direito Administrativo (Mestrado Científico)

Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Hélder Amílcar de Livramento Pires	" O enquadramento conceptual do contrato público no Direito da Guiné- Bissau"	Prof. ^a Doutora Ana Fernanda Neves	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. ^a Doutora Ana (orientadora) Neves Prof. Doutor Emílio Kaft Kosta (arguente) Prof. Doutor Lourenço Vilhena Freitas

CURSO DE MESTRADO
2009/2010
Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (Mestrado Científico)

Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Bruno Moraes Faria Monteiro Belém	" A modulação da eficácia sancionatória das decisões de inconstitucionalidade: limites e possibilidades "	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor David Duarte (orientador) Prof. Doutor Emílio Kaft Kosta (arguente) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito
Cláudia Janado Gonçalves	" Ensaio sobre a privatização da Universidade Pública "	Prof. Doutor Paulo Otero	Prof. Doutor Paulo Otero (presidente) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (arguente) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas Prof. Doutor Miguel Raimundo
Eduardo Morato Fonseca	" Direito Fundamental à saúde. Gratuidade no acesso às prestações públicas de cuidados com a saúde no Brasil "	Prof. ^a Doutora Ana Neves	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente e arguente) Prof. ^a Doutora Ana Neves (orientadora) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito Prof. ^a Doutora Alexandra Leitão

Fernando da Silva Comin	Reserva do Possível e ponderação: por uma metodologia adequada no controle dos deveres sociais fundamentais "	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (arguente) Prof. Doutor David Duarte (orientador) Prof. Doutor João Miranda
Lincoln D'Aquino Filocre	" Limites de atuação da política de segurança pública segundo os princípios da administração pública expressos na Constituição Brasileira "	Prof.ª Doutora Ana Neves	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (presidente) Prof.ª Doutora Ana Neves (orientadora) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (arguente) Prof. Doutor João Miranda
Marcos Lacerda Almeida Filho	A participação do poder executivo no Processo legislativo – o caso Brasileiro "	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente, orientador e arguente) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito Prof. Doutor Rui Fonseca Prof. Doutor Miguel Raimundo
Marta Cristina Pires Anciães	" O Princípio do Estado de Direito e o Princípio de Proteção da Confiança: a proteção das legítimas expectativas dos particulares como devedor do legislador "	Prof.ª Doutora Ana Neves	Prof. Doutor Fausto de Quadros (presidente) Prof.ª Doutora Ana Neves (orientadora) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (arguente) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão

Marta Vieira da Cruz	" A equidade na restrição de efeitos de decisão proferida por tribunal arbitral em matéria administrativa "	Prof. Doutor Paulo Otero	Prof. Doutor Paulo Otero (presidente e orientador) Prof. Doutor José melo Alexandrino (arguente) Prof. Doutor Luís pereira Coutinho Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas
Moreira Janeiro Mário Sapalo Lopes	" O recurso extraordinário de Inconstitucionalidade e suas insuficiências, um olhar sobre a Justiça Constitucional Angolana "	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (presidente) Prof. Doutor José melo Alexandrino (arguente) Prof. ^a Doutora Ana neves Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas
Tiago dos Santos Serrão	" Natureza e regime do Direito de Regresso na responsabilidade Administrativa "	Prof. Doutor Paulo Otero	Prof. Doutor Paulo Otero (presidente e orientador) Prof. ^a Doutora Carla Amado Gomes Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas Prof. Doutor João Miranda
Tiago Viana Barra	" A responsabilidade Civil Extracontratual da administração Pública "	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente e orientador) Prof. David Duarte (arguente) Prof. ^a Doutora Alexandra Leitão Prof. Doutor Miguel Raimundo

CURSO DE MESTRADO
Mestrado em Ciências Jurídico- Internacionais (Mestrado Científico)

Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Helena Cláudia Gomes de Sá	" A arbitragem através dos tempos: sua importância nas relações Internacionais i no Direito Internacional"	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem (presidente e orientador) Prof. ^a Doutora Ana Maria Guerra Martins (arguente) Prof. Doutor Eduardo Correia Batista Prof. Doutor Rui Fonseca

CURSO DE MESTRADO
2009/2010
Mestrado em Ciências Jurídico-Ambientais (Mestrado Científico)

Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Maria do Socorro Cabral Leão	" Participação pública nos procedimentos ambientais"	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (orientadora) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão (arguente) Prof. Doutor Cláudio Monteiro

Curso de Mestrado em Direito
Especialização em Ciências Jurídico-Políticas (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Luís Henrique Robalo Faustino	“ O Veto Político do Presidente da República ”	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais	Prof. Doutor__Carlos Blanco de Morais_____(presidente e orientador) Prof. Doutor_AJ Reis Novais _____ Prof. Doutor_Miguel Nogueira de Brito_(arguente)_____ _____ Prof. Doutor_Luís Pereira Coutinho_____

CURSO DE MESTRADO
Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais (M. Profissionalizante)

Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Daniela Santos Moreira	" Os Roms: vítimas de discriminação racial em França"	Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho	Prof. Doutora Maria Luísa Duarte (presidente) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (orientador) Prof. Doutor João Miranda (arguente)

CURSO DE MESTRADO

Mestrado em Direito Administrativo (M. Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Filomena Gaspar Rosa	“ A Administração Eletrónica e o procedimento Administrativo: em especial o direito de participação e de acesso à informação”	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof.ª. Doutora_Maria João Estorninho_____(presidente) Prof.ª. Doutora Carla Gomes (orientadora)_____ _____ Prof. Doutor_João Miranda (arguente)_____

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Ana Catarina da Costa Gaspar	" A tensão entre a proteção internacional dos direitos do homem e o comércio internacional. A violação dos Direitos Humanos e a OMC"	Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho	Prof. ^a . Doutora Maria Luísa Duarte ✓ _____(presidente) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (orientador)_____ - Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente)_____
Renata Silveira Fernandes da Cunha	" O regime de exploração da área sob os auspícios da Convenção dos Estados Unidos sobre o Direito Mar"	Prof. ^a Doutora Ana Neves	Prof. ^a . Doutora Maria Luísa Duarte ✓ _____(presidente) Prof. ^a . Doutora Margarida d'Oliveira Martins ✓ (arguente)_____ - Prof. ^a . Doutora Ana Neves ✓ (orientadora)_____

João Carlos Juncqueira Branco	“ A responsabilidade civil extracontratual dos Titulares dos órgãos das Autarquias Locais”	Prof. ^a Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor_Vasco Pereira da Silva_____(presidente) Prof. ^a Doutora Carla Gomes_____ Prof. Doutor_Cláudio Monteiro (arguente)_____ ☒
Rui Pedro Soares	“ Os acordos Endocontratuais no Âmbito do Código dos Contratos Públicos”	Prof. ^a Doutora Maria João Estorninho	Prof. ^a . Doutora Maria João Estorninho_____(presidente e orientadora) Prof. ^a . Doutora Alexandra Leitão (arguente)_____ ☒ _____ Prof. Doutor_Cláudio Monteiro_____

DISCIPLINAS		1.º Semestre			2.º Semestre		
Docentes	Categoria	Regime	1.º Semestre		2.º Semestre		horas
			9 A + 9 B + 6 N	distribuídas	9 A + 9 B + 6 N	distribuídas	
Duarte Nogueira	Professor Catedrático					distribuídas	4
Barbas Homem	Professor Catedrático					distribuídas	4
Vera-Cruz Pinto	Professor Catedrático					distribuídas	6
Isabel Banond	Professora Associada					distribuídas	8
Sílvia Alves	Professora Auxiliar					distribuídas	10
Pedro Freitas	Professor Auxiliar					distribuídas	8
Gonçalo Sampaio e Melo	Professor Auxiliar					distribuídas	10
Isabel Graes	Professora Auxiliar	50% *				distribuídas	9
Susana Videira	Professora Auxiliar					distribuídas	10
Madalena Santos	Assistente Convivida	50%				distribuídas	8
Margarida Seixas	Assistente					distribuídas	10
Miriam Brigas Afonso	Assistente					distribuídas	10
Miguel Romão	Assistente					distribuídas	8
Jorge Silva Santos	Assistente					distribuídas	-
Ana Caldeira Fouto	Assistente Convivida	50%				distribuídas	6
Filipe de Aredé Nunes	Assistente Convivido	50%				distribuídas	6
David Teles Pereira	Assistente Convivido	50%				distribuídas	9
Pedro Correia Gonçalves	Assistente Convivido	50%				distribuídas	9
André Caldas	Assistente Convivido	50%				distribuídas	8
Francisco Rocha	Assistente Convivido	50%				distribuídas	4

Nota: Uma hora à noite conta como hora e meia



GRUPO DE CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS

DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE PARA O ANO LECTIVO DE 2012/2013

1.º CICLO - 1º SEMESTRE

v. 17.07.12

1º ANO

DIREITO ROMANO

TURMA A

Coordenador – Prof. Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto

Regente – Prof. Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto

Colaboradores – Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Mello; Prof. Doutora Susana Videira; Mestre Madalena Santos; Mestre Miriam Afonso Brigas; Mestre Margarida Seixas; Mestre Miguel Romão.

TURMA B

Coordenador – Prof. Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto

Regente – Prof. Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto

Colaboradores – Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Mello; Prof. Doutora Susana Videira; Mestre Madalena Santos; Mestre Miriam Afonso Brigas; Mestre Margarida Seixas; Mestre Miguel Romão.

TURMA DA NOITE

Coordenador – Prof. Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto

Regente – Profª. Doutora Isabel Banond

Colaboradores – Prof. Doutora Isabel Graes; Mestre Filipe Arede Nunes; Lic.
Pedro Correia Gonçalves

2.º ANO

HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO

TURMA A

Coordenador – Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem

Regente – Profª. Doutora Sílvia Alves

Colaboradora – Mestre Ana Fouto

TURMA DA NOITE

Coordenador – Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem

Regente – Profª. Doutora Sílvia Alves

Colaboradora – Mestre Ana Fouto

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TURMA A

Coordenador – Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem

Regente – Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas

Colaboradores – Margarida Seixas

O regente da cadeira assegurará também a lecionação de subturmas.

TURMA DA NOITE

Coordenador – Prof. Doutor Pedro Barbas Homem

Regente – Profª. Doutora Isabel Banond

Colaborador – Mestre David Teles Pereira

Dispensa para Doutoramento: Jorge Silva Santos.

Alguns docentes do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas lecionarão ainda cadeiras de outras áreas: Miriam Afonso (Direito da Família); Francisco Rocha (Direito das Obrigações).



GRUPO DE CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS

DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE PARA O ANO LECTIVO DE 2012/2013

1.º CICLO - 2º SEMESTRE

v.17.07.12

1º ANO

HISTÓRIA DO DIREITO PORTUGUÊS

TURMA A

Coordenador – Prof. Doutor José A. Duarte Nogueira

Regente – Prof. Doutor José A. Duarte Nogueira

Colaboradores – Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Mello; Mestre Madalena Santos;
Mestre Margarida Seixas; Mestre Miriam Afonso Brigas

TURMA B

Coordenador – Prof. Doutor José A. Duarte Nogueira

Regente – Prof. Doutor José A. Duarte Nogueira

Colaboradores - Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Mello; Mestre Madalena Santos;
Mestre Margarida Seixas; Mestre Miriam Afonso Brigas

TURMA DA NOITE

Coordenador – Prof. Doutor José A. Duarte Nogueira

Regente – Profª. Doutora Isabel Banond

Colaboradores – Prof. Doutora Isabel Graes; Mestre David Teles Pereira; Lic.
Pedro Correia Gonçalves

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS

TURMA A

Coordenador – Prof. Doutor Pedro Barbas Homem

Regente: Prof. Doutora Susana Videira

Colaboradores - Mestre Ana Fouto; Mestre Filipe Arede Nunes

A regente assegurará também a leccionação de algumas subturmas.

TURMA B

Coordenador – Prof. Doutor Pedro Barbas Homem

Regente: Prof. Doutora Susana Videira

Colaboradores - Mestre Ana Fouto; Mestre Filipe Arede Nunes

A regente assegurará também a leccionação de algumas subturmas.

TURMA DA NOITE

Coordenador – Prof. Doutor Pedro Barbas Homem

Regente – Profª. Doutora Isabel Banond

Colaborador – Mestre David Teles Pereira

FILOSOFIA DO DIREITO

TURMA B

Coordenador – Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Regente – Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Colaborador – Mestre Miguel Romão

SOCIOLOGIA DO DIREITO

TURMA A

Coordenadora – Prof^a. Doutora Sílvia Alves
Regente – Prof^a. Doutora Sílvia Alves
Colaborador – Lic. André Caldas

TURMA B

Coordenadora – Prof^a. Doutora Sílvia Alves
Regente – Prof^a. Doutora Sílvia Alves
Colaborador – Lic. André Caldas

TURMA DA NOITE

Coordenadora – Prof^a. Doutora Sílvia Alves
Regente – Prof^a. Doutora Sílvia Alves
Colaborador – Lic. Pedro Correia Gonçalves

2.º ANO

HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO

TURMA B

Coordenador – Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem
Regente – Prof^a. Doutora Sílvia Alves
Colaboradora – Mestre Ana Fouto

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TURMA B

Coordenador – Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem
Regente – Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas
O regente assegurará a lecionação das subturmas.

4.º ANO
DIREITO PRIVADO ROMANO (extra-curricular)

Coordenador – Prof. Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto

Regente – Prof. Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto

Colaborador – Francisco Rocha

Dispensa para Doutoramento: Jorge Silva Santos.

Alguns docentes do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas lecionarão ainda cadeiras de outras áreas: Miriam Afonso (Direito da Família); Francisco Rocha (Direito das Obrigações).

ANO LECTIVO DE 2012-2013
DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE
GRUPO DE CIÊNCIAS JURIDICO-ECONÓMICAS

1º CICLO

1º ANO (1º & 2º Semestres)

ECONOMIA I

TURMA A
Regente – Prof.ª Doutora Maria Paula Vaz Freire
TURMA B
Regente – Prof. Doutor Miguel Patrício
TURMA DA NOITE
Regente – Prof.ª Doutora Rute Saraiva

Colaboradores: Mestre Marco Capitão
Lic. Tânia Faria
Lic. Ricardo Pereira
Lic. Joana Andrade Nunes

2º ANO (1º Semestre)

FINANÇAS PÚBLICAS

TURMA B
Regente - Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira

Colaboradores: Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral
Prof. Doutor Guilherme de Oliveira Martins

2º ANO (2º Semestre)

FINANÇAS PÚBLICAS

TURMA A / NOITE
Regente - Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira

Colaboradores: Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral
Prof. Doutor Guilherme de Oliveira Martins
Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues
Mestre Marco Capitão

DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

TURMA DA NOITE
Regente - Prof. Doutor Luís Morais / Prof. Doutor Miguel Moura e Silva

Colaboradores: Prof. Doutor Pedro Infante Mota
Mestre João Pateira Ferreira

3º ANO (1º Semestre)**DIREITO DA ECONOMIA (opção)**

TURMA A / B

Regente - Prof. Doutor Miguel Moura e Silva

TURMA DA NOITE

Regente - Prof. Doutor Carlos Lobo

Colaboradores: Prof. Doutor Paulo Pardal Morcela

Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Mestre Carlos Pina

ECONOMIA INTERNACIONAL (opção)

TURMA A / B

Regente - Prof. Doutor José Renato Gonçalves

TURMA DA NOITE

Regente – Prof. Doutor Pedro Infante Mota

Colaboradores: Lic. Marta Rebelo

3º ANO (2º Semestre)**DIREITO DOS MERCADOS FINANCEIROS (opção)**

TURMA A / B:

Regente - Prof. Doutor Paulo Pardal Morcela

TURMA DA NOITE:

Regente - Prof.^a Doutora Rute Saraiva

Colaboradores: Mestre Marco Capitão

Mestre Carlos Pina

4º ANO (1º Semestre)**DIREITO FISCAL**

TURMAS DIA / NOITE

Regente – Prof.^a Doutora Ana Paula Dourado

Colaboradores: Prof.^a Doutora Paula Rosado Pereira

Prof. Doutor Gustavo Courinha

Mestre Nuno Garcia

UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

TURMAS DIA / NOITE

Regente – Prof. Doutor José Renato Gonçalves

Colaboradores: Lic. Marta Rebelo

4º ANO (2º Semestre)**DIREITO FISCAL INTERNACIONAL**

TURMAS DIA / NOITE

Regente – Prof.^a Doutora Ana Paula Dourado

Colaboradores: Prof. Doutor Gustavo Courinha
Mestre Nuno Garcia

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO (regência partilhada)

Regente - Prof.^a Doutora Paula Rosado Pereira

Colaboradores: Mestre Nuno Garcia

2º CICLO**I- MESTRADOS PROFISSIONALIZANTES****A) JURIDICO-FINANCEIRAS (1º Semestre):**

Obrigatórias:

Mercados Financeiros (Prof.ª Doutora Rute Saraiva)

Concorrência (Prof. Doutor Miguel Moura e Silva)

Opcionais:

Contratação Pública (Prof. Doutor José Renato Gonçalves / Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo)

Direito Fiscal Europeu (Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado)

A) JURIDICO-FINANCEIRAS (2º Semestre):

Obrigatórias:

Project Finance & PPP (Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo)

Regulação (Prof. Doutor Luís Morais)

Opcionais:

Finanças Regionais e Locais (Prof.ª Nazaré Costa Cabral / Prof. Doutor José Renato Gonçalves)

Tributação das Empresas (Prof. Doutor Carlos Lobo)

B) DIREITO E ECONOMIA (1º Semestre):

Obrigatórias:

Contratação Pública (Prof. Doutor José Renato Gonçalves / Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo)

Direito Fiscal (Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira)

Opcionais:

Concorrência (Prof. Doutor Miguel Moura e Silva)

Economia & Fiscalidade do Ambiente (Prof. Doutor Carlos Lobo)

B) DIREITO E ECONOMIA (2º Semestre):

Obrigatórias:

Análise Económica do Direito (Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire / Prof. Doutor Miguel Patrício)

Finanças Regionais e Locais (Prof.ª Nazaré Costa Cabral / Prof. Doutor José Renato Gonçalves)

Opcionais:

Project Finance & PPP (Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo)

Regulação (Prof. Doutor Luís Morais)

C) JURÍDICO-EMPRESARIAIS (2º Semestre):

Tributação das Empresas (Prof. Doutor Carlos Lobo)

D) JURÍDICO-FORENSES (2º Semestre):

Contencioso Administrativo e Tributário (Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira)

II- MESTRADOS CIENTÍFICOS + 3º CICLO (1º & 2º Semestres)**A) FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS**

Finanças Públicas I/II - Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira
Mercados Financeiros I/ II - Prof.ª Doutora Rute Saraiva

B) ECONOMIA E ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO

Economia Política I/II - Prof. Doutor Pedro Soares Martínez
Análise Económica do Direito I/II - Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire

C) CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Direito da Concorrência I/II - Prof. Doutor Miguel Moura e Silva
Regulação Económica I/II - Prof. Doutor Luís Morais / Prof. Doutor José Renato Gonçalves

D) DIREITO FISCAL

Direito Fiscal I/II - Prof. Doutora Paula Rosado Pereira
Direito Fiscal Europeu I/II - Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado

E) DIREITO INTERNACIONAL ECONÓMICO E INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Direito Internacional Económico I/II - Prof. Doutor Pedro Infante Mota
União Económica e Monetária e Mercado Interno I/ II - Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire

F) POLÍTICAS PÚBLICAS E FEDERALISMO FINANCEIRO

Políticas Públicas I/II - Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral
Federalismo Financeiro I/II - Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo



1.º Ciclo: licenciatura

1.º Ano

Introdução ao Estudo do Direito I e II (Turma da noite)

Regente: Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Colaboradores:

- 1 subt. - Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito
- 2 subt. - Mestre Joaquim Cardoso da Costa
- 3 subt. - Mestre Sandra Lopes Luís

Direito Constitucional I e II

Turma A

Regentes: Professor Doutor Carlos Blanco de Moraes

Colaboradores:

- 3 subt. - Mestre Raquel Brízida
- 3 subt. - Lic. Mariana Melo Egídio
- 3 subt. - Lic. Rui Lanceiro

Turma B

Regente: Prof. Doutor Jorge Reis Novais

Colaboradores:

- 4 subt. - Mestre Pedro Lomba
- 4 subt. - Mestre Ricardo Branco
- 1 subt. - Lic. Pedro Delgado Alves¹

Direito Constitucional I

Turma da Noite

Regente: Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito

¹ Docente a exercer funções a título gracioso por ser Deputado à Assembleia da República.

Colaboradores:

- 1 subt. – Prof. Doutor Kaft Costa
- 1 subt. – Mestre Cardoso da Costa
- 2 subt. – Mestre António Leitão Amaro²
- 2 subt. – Assistente convidado (Mestre Alexandre Sousa Pinheiro)

Direito Constitucional II

Turma da Noite

Regente: Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho

Colaboradores:

- 3 subt. – Prof. Doutor Kaft Costa
- 1 subt. – Mestre Cardoso da Costa
- 2 subt. – Mestre António Leitão Amaro³

2.º Ano

Direito Administrativo I e II

Turma A

Regente: Prof. Doutor Fausto de Quadros

Colaboradores:

- 2 subt. - Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas
- 2 subt. – Prof. Doutor Miguel Raimundo
- 3 subt. – Assistente convidado

Turma B

Regente: Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

Colaboradores:

- 2 subt. - Prof. Doutora Alexandra Leitão⁴
- 1 subt. – Prof. Doutor Miguel Raimundo
- 4 subt. – Lic. Domigos Farinho

Direito Administrativo I e II

² Docente a exercer funções a título gracioso por ser Deputado à Assembleia da República.

³ Idem

⁴ Docente a exercer funções a título gracioso por ser Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

Turma da Noite

Regente: Prof^ª. Doutora Maria João Estorninho

Colaboradores:

- 1 subt. – Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca
- 3 subt. – Lic. Pedro Moniz Lopes
- 1 subt. – Assistente convidado

Direito Internacional Público (1.º semestre)

Turma A

Regente: Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes

Colaboradores:

- 1 subt. - Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas
- 3 subt. – Mestre Ivo Pêgo
- 3 subt. – Mestre Ana Soares Pinto

Turma B

Regente: Prof^ª. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores:

- 4 subt. – Mestre Cristina Sousa Machado
- 3 subt. – Mestre Cecília Anacoreta Correia

Turma da Noite

Regente: Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista

Colaboradores:

- 1 subt. - Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista
- 4 subt. – Assistente convidado

Direito da União Europeia (2.º semestre)

Turma A

Regente: Prof. Doutor Fausto de Quadros

Colaboradores:

- 1 subt. - Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas

4 subt. – Mestre Ana Soares Pinto
2 subt. – Mestre Cristina Sousa Machado

Turma B

Regente: Prof^ª. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores:

4 subt. – Mestre Tiago Antunes
3 subt. – Mestre Cecília Anacoreta Correia

Ciência Política

Turma A (1.º semestre)

Regente: Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho

Colaborador:

2 subt. – Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho

Turma B (2.º semestre)

Regente: Prof. Doutor Cláudio Monteiro

Colaborador:

1 subt. – Prof. Doutor Claudio Monteiro

Turma da Noite (1.º semestre)

Regente: Prof. Doutor Kaft Costa

Colaborador:

1 subt. – Prof. Doutor Kaft Costa

3.º Ano

Direito Administrativo III

Turma A (1.º semestre)

Regente: Prof^ª. Doutora Maria João Estorninho

Colaborador:

3 subt. – Mestre Ana Gouveia Martins

Turma Dia B (2.º semestre)

Regente: Prof. Doutora Maria João Estorninho

Colaborador:

2 subt. – Mestre Ana Gouveia Martins

Turma da Noite (1.º semestre)

Regente: Prof^ª. Doutora Alexandra Leitão⁵

Colaborador:

1 subt. – Mestre Ana Gouveia Martins

Direito do Urbanismo

Turma A (2.º semestre)

Regente: Prof. Doutor Claudio Monteiro

Colaboradores:

2 subt. – Mestre Ana Gouveia Martins

Turma B (1.º semestre)

Regente: Prof. Doutor João Miranda

Colaboradores:

2 subt. – Prof. Doutor João Miranda

Turma da Noite (2.º semestre)

Regente: Prof. Doutor Claudio Monteiro

Colaboradores:

1- subt. – Prof. Doutor Claudio Monteiro

4.º Ano

Direitos Fundamentais

⁵ Docente a exercer funções a título gracioso por ser Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

Turma de Dia (2.º semestre)

Regente: Profª. Doutora Ana Maria Martins⁶

Colaboradores:

- 2 subt. - Mestre Cristina Sousa Machado
- 2 subt. – Assistente convidado (Mestre Alexandre Sousa Pinheiro)
- 5 subt. – Mestre Ivo Pêgo

Turma da Noite (1.º semestre)

Regente: Prof. Doutor Jorge Reis Novais

Colaboradores:

- 1 subt. – Assistente convidado (Mestre Alexandre Sousa Pinheiro)
- 3 subt. – Lic. Heloísa Oliveira

Contencioso Administrativo e Tributário

Turma de dia (1.º semestre)

Regente: Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

Colaboradores:

- 2 subt. - Profª. Doutora Ana Neves
- 1 subt. – Prof. Doutor João Miranda
- 2 subt. – Prof. Doutor Claudio Monteiro
- 4 subt. – Lic. Tiago Antunes

Turma da Noite (2.º semestre)

Regente: Prof. Doutora Carla Amado Gomes

Colaboradores:

- 1 subt. – Prof. Doutora Carla Amado Gomes
- 3 subt. – Lic. Heloísa Oliveira

Direito do Contencioso da União Europeia

Turma de Dia (1.º semestre)

Regentes: Profª. Doutora Maria José Rangel de Mesquita⁷

⁶ Docente a exercer funções a título gracioso por ser Juíza do Tribunal Constitucional.

Colaboradores:

1 subt. – Mestre Ana Soares Pinto

Turma de Noite (2.º semestre)

Regentes: Prof^ª. Doutora Maria José Rangel de Mesquita⁸

Colaboradores:

1 subt. – Assistente convidado (Mestre Alexandre Sousa Pinheiro)

Direito do Ambiente

Turma de Dia (2.º semestre)

Regente: Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

Colaboradores:

2 subt. – Prof. Doutora Ana Neves

3 subt. – Prof. Doutor João Miranda

Turma da Noite (1.º semestre)

Regente: Prof^ª. Doutora Carla Amado Gomes

Colaboradora:

1 subt. – Prof^ª. Doutora Carla Amado Gomes

Necessidades de contratação de 3 Assistentes Convidados:

1.º Mestre Alexandre Sousa Pinheiro: 1.º Semestre (2 subt. de Direito Constitucional I da Turma da Noite e 1 subt. de Direitos Fundamentais da Turma da Noite) e 2.º Semestre (2 subt. de Direitos Fundamentais da Turma de Dia e 1 subt. da Turma da Noite);

2.º 1.º Semestre (3 subt. de Direito Administrativo I) e 2.º Semestre (3 subt. de Direito Administrativo II);

3.º 1.º Semestre (4 subt. de Direito Internacional Público e 1 subt. de Direito Administrativo I) e 2.º Semestre (1 subt. de Direito Administrativo II).

⁷ Docente a exercer funções a título gracioso por ser Juíza do Tribunal Constitucional.

⁸ Idem.

Colaboradores –
– Mestre Fátima Manso
(3 Subturmas)
(3 Subturmas)

FILOSOFIA DO DIREITO (optativa) 2.º semestre

TURMA B (2 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor Curado Neves
Regente – Prof. Doutor Curado Neves
Colaborador – Prof. Doutor Curado Neves (2 Subturmas)

TURMA DA NOITE (2/3 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor José Lamego
Regente – Prof. Doutor José Lamego
Colaborador – Prof. Doutor José Lamego
(2/3 Subturmas)

2.º ANO

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I / II

TURMA A (7 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor António Menezes Cordeiro
Regente – Prof. Doutora Raquel Rei
Colaboradores –
– Lic. Madalena Paz Ferreira
(3 Subturmas)
(4 Subturmas)

TURMA B (7 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Regente – Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Colaboradores – Mestre Carlos Amaral Barata
– Mestre Hugo Ramos Alves
(4 Subturmas)
(3 Subturmas)

TURMA DA NOITE (4/5 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior
Regente – Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior
Colaboradores – Lic. Joana Pinto Monteiro
– Mestre Hugo Ramos Alves
(1 subturma)
(3 Subturmas)
(1 Subturmas)

DIREITO DA FAMÍLIA

TURMA A - (7 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
Regente – Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
Colaboradores – Lic. Sónia Reis
– Mestre Rui Soares Pereira
(4 Subturmas)
(3 subturmas)

TURMA B - (7 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
Regente – Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
Colaboradores – Lic. João Esteves
– Mestre Rui Soares Pereira
– Lic. Miguel Figueiredo.....
(1 subturma)
(4 Subturmas)
(1 Subturma)
(1 Subturma)

TURMA DA NOITE (4/5 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutora Margarida Silva Pereira



GRUPO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE
PARA O ANO LECTIVO DE 2012 / 2013
V. 26BIS.06.12

1.º CICLO – 1.º e 2.º SEMESTRE

1.º ANO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I / II

TURMA A (8 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
Regente – Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
Colaboradores – Lic. Miguel Brito Bastos
– Lic. Ricardo Bernardes
(4 Subturmas)
(4 Subturmas)

TURMA B (8 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro
Regente – Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro
Colaboradores – Mestre Rui Aialde
– Mestre Nuno Aureliano
(4 Subturmas)
(4 Subturmas)

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I / II

TURMA A (8 Subturmas)
Coordenador – Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos
Regente – Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos
Colaboradores – Mestre João Espírito Santo Noronha
– Mestre Cláudia Monge
(4 Subturmas)
(4 Subturmas)

TURMA B (8 Subturmas)
Coordenador – Prof.ª Doutora Rosário Palma Ramalho
Regente – Prof.ª Doutora Rosário Palma Ramalho
Colaboradores – Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos
– Mestre Digo Pereira Duarte (4 Subturmas)
–
(2 Subturmas)
(2 Subturmas)

TURMA DA NOITE (6 Subturmas)
Coordenador – Prof.ª Doutora Maria Adelaide Menezes Leitão
Regente – Prof.ª Doutora Maria Adelaide Menezes Leitão

¹ Desp B

Regente – Profª Doutora Margarida Silva Pereira (1/2 subturmas)
 Colaboradores – Profª. Doutora Margarida Silva Pereira (3 subturmas)
 - Lic. Miguel Figueiredo.....(3 subturmas)

DIREITO DAS SUCESSÕES – 2º Semestre

TURMA A - (7 Subturmas)
 Coordenador – Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
 Regente – Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
 Colaboradores –
 – Mestre Rui Soares Pereira (4 Subturmas)
 (3 subturmas)

TURMA B - (7 Subturmas)
 Coordenador – Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
 Regente – Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
 Colaboradores –
 – Mestre Rui Soares Pereira (1 subturma)
 (5 Subturmas)
 (1 Subturma)

TURMA DA NOITE (4/5 Subturmas)
 Coordenador – Profª Doutora Margarida Silva Pereira
 Regente – Profª Doutora Margarida Silva Pereira
 Colaboradores – Profª. Doutora Margarida Silva Pereira (1 subturmas)
(4 subturmas)

DIREITO COMPARADO (optativa)

TURMA A (3 Subturmas) 1.º Semestre
 Coordenador – Prof. Doutor Dário Moura Vicente
 Regente – Prof. Doutor Dário Moura Vicente
 Colaborador – Lic. Miguel Câmara Machado (3 Subturmas)

TURMA B (1 Subturma) 2.º Semestre
 Coordenador – Prof. Doutor Dário Moura Vicente
 Regente – Prof. Doutor Dário Moura Vicente
 Colaborador – Lic. Miguel Câmara Machado (1 Subturma)

TURMA DA NOITE (1 Subturmas) 1.º Semestre
 Coordenador – Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior
 Regente – Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior
 Colaborador – Lic. Miguel Câmara Machado (1 Subturma)

3.º ANO

DIREITO COMERCIAL I / II

TURMA A (6 Subturmas)
 Coordenador – Prof. Doutor António Menezes Cordeiro
 Regente – Profª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
 Colaboradores – Profª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira (1 Subturmas)
 – Lic. Maria Inês Rebelo Garrido (4 Subturmas)
 – Mestre Joana pereira Dias (1 subturma)

TURMA B (5 Subturmas)

Coordenador – Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos
 Regente – Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos
 Colaboradores – Lic. Ana Leal (4 Subturmas)
 – Mestre José Estica (se entregar a tese (1 Subturmas))

TURMA DA NOITE (3/4 Subturmas)
 Coordenador – Prof. Doutor Januário Costa Gomes
 Regente – Prof. Doutor Januário Costa Gomes
 Colaborador – Lic. André Martins (3/4 Subturmas)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I / II

TURMA A (6 Subturmas)
 Coordenador – Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
 Regente – Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
 Colaboradores: – Lic. Diogo Pereira (2 Subturmas)
 – Licª. Filipa Lemos Caldas (4 Subturmas)

TURMA B (5 Subturmas)
 Coordenador – Profª. Doutora Isabel Alexandre
 Regente – Profª. Doutora Isabel Alexandre (1 Subturma)
 Colaboradores – Mestre João Gomes Almeida (4 Subturmas)

TURMA DA NOITE (3/4 Subturmas)
 1.º Semestre
 Coordenador – Prof. Doutor Rui Pinto
 Regente – Prof. Doutor Rui Pinto (1/2 Subturma)
 Colaborador – Mestre Diogo Pereira (2 Subturmas)

2.º Semestre
 Coordenador – Prof. Doutor José Luís Ramos
 Regente – Prof. Doutor José Luís Ramos
 Colaborador – (3 Subturmas)

DIREITO PENAL I / II

TURMA A (6 Subturmas)
 Coordenador – Profª. Doutora Maria Fernanda Palma
 Regente – Profª. Doutora Maria Fernanda Palma
 Colaboradores – Doutora Carlota Pizarro de Almeida (2 Subturmas)
 – Mestre Francisco Aguiar (2 Subturmas)
 – Mestre Helena Morão (2 Subturmas)

TURMA B (5 Subturmas)
 Coordenador – Profª. Doutora Maria Fernanda Palma
 Regente – Profª. Doutora Maria Fernanda Palma
 Colaboradores – Doutora Carlota Pizarro de Almeida (2 Subturmas)
 – Mestre Francisco Aguiar (1 Subturmas)
 – Mestre Helena Morão (2 Subturmas)

TURMA DA NOITE (3/4 Subturmas)
 Coordenador – Prof. Doutor Augusto Silva Dias
 Regente – Prof. Doutor Augusto Silva Dias (0/1 Subturma)

Colaborador –	(3 Subturmas)	Colaboradores – Lic. (1 subturma) – Prof. Miguel Raimundo	(1 Subturmas)
DIREITO DOS CONTRATOS I			
TURMA A (5 Subturmas), 1.º Semestre Coordenador – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Regente – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Colaboradores – Mestre Joana Pereira Dias	(3 Subturmas) (2 Subturmas)	TURMA DA NOITE (2 Subturmas) 2.º semestre Coordenador – Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito Regente – Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito Colaboradores – Lic. Ana Leal	(1 Subturmas)
TURMA B (5 Subturmas), 2.º Semestre Coordenador – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Regente – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Colaboradores – Mestre Joana Pereira Dias	(3 Subturmas) (2 Subturmas)	DIREITO MARÍTIMO (disciplina de opção)	
TURMA DA NOITE (2 Subturmas), 1.º semestre Coordenador – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Regente – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Colaboradores –	(3 Subturmas) (2 Subturmas)	TURMA A / B (2 Subturmas) 2.º Semestre Coordenador – Prof. Doutor Januário Costa Gomes Regente – Prof. Doutor Januário Costa Gomes Colaboradores – ²	(2 Subturmas)
TURMA DA NOITE (2 Subturmas), 1.º semestre Coordenador – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Regente – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Colaboradores –	(2 Subturmas)	TURMA DA NOITE (1 Subturma) 2.º Semestre Coordenador – Prof. Doutor Januário Costa Gomes Regente – Prof. Doutor Januário Costa Gomes Colaboradores – Mestre Hugo Ramos Alves	(1 subturma)
DIREITOS REAIS			
TURMA A (6 Subturmas) 2.º Semestre Coordenador – Prof. Doutor Luis Menezes Leitão Regente – Prof. Doutor Luis Menezes Leitão Colaboradores – Mestre Cláudia Madaleno – Lic. Sónia Reis	(2 Subturmas) (3 Subturmas) (1 Subturma)	DIREITO DO TRABALHO I/II	
TURMA B (6 Subturmas), 1.º Semestre Coordenador – Prof. Doutor Luis Menezes Leitão Regente – Prof. Doutor Luis Menezes Leitão Colaboradores – Mestre Cláudia Madaleno – Lic. David Martins	(4 Subturmas) (2 Subturma)	TURMA DIA (9 Subturmas) Coordenador – Prof. Doutor Luis Menezes Leitão Regente – Prof. Doutor Luis Menezes Leitão Colaboradores – Mestre Luis Gonçalves da Silva – Mestre Sónia Viana ³ – Mestre Isabel Borges	(4 Subturmas) (1 Subturma) (4 Subturmas)
TURMA DA NOITE (3/4 Subturmas) 2.º Semestre Coordenador – Prof. Doutor José Alberto Vieira Regente – Prof. Doutor José Alberto Vieira Colaboradores – Lic. David Martins	(2 subturmas) (1/2 Subturmas)	TURMA DA NOITE (3/4 Subturmas) Coordenador – Prof. Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho Regente – Prof. Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho Colaboradores – Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito – Mestre Sónia Viana ⁴	(2 Subturmas) (1/2 Subturmas)
DIREITO DOS CONTRATOS II (disciplina de opção)			
TURMA A (2 Subturmas), 2.º semestre Coordenador – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Regente – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Colaboradores – (1 subturma)	(1 Subturmas)	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO I	
TURMA B (2 Subturmas), 1.º Semestre Coordenador – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Regente – Prof. Doutor Pedro de Albuquerque		TURMA DE DIA (9 Subturmas), 1.º Semestre Coordenador – Prof. Doutor Luis de Lima Pinheiro Regência – Prof. Doutor Luis de Lima Pinheiro Colaboradores – Prof.ª Doutora Elsa Oliveira – Mestre Susana Málvez	(3 Subturmas) (4 subturmas) (2 subturmas)
		TURMA DA NOITE (2 Subturmas), 2.º Semestre	

² Mestre João Ricardo Branco, eventualmente.
³ Desp B
⁴ Desp B

Coordenador – Prof. Doutor Dário Moura Vicente
 Regência – Prof. Doutor Dário Moura Vicente
 Colaboradores – Profª Doutora Elsa Oliveira

Colaboradores – ((1 Subturma)

TURMA DA NOITE (1 Subturma) 1.º Semestre
 Coordenador – Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos
 Regência – Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos
 Colaboradores – (1 Subturma)

(2 Subturmas)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III (EXECUTIVO)

TURMA DE DIA (9 Subturmas)
 Coordenador – Prof. Doutor Rui Pinto
 Regente – Prof. Doutor Rui Pinto
 Colaboradores
 – Lic. Cláudia Trindade (4 subturmas)

TURMA DA NOITE 2.º Semestre (3/4 Subturmas)
 Coordenador – Prof. Doutor José Luís Ramos
 Regente – Prof. Doutor José Luís Ramos
 Colaboradores – Lic. Cláudia Trindade (3 subturmas)

DIREITO PROCESSUAL PENAL

TURMA DIA (9 Subturmas) 2.º semestre ⁵
 Coordenador – Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes
 Regência – Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes
 Colaboradores – Mestre João Caires
 – Mestre Rui Soares Pereira (4 Subturmas)
 – Lic. Miguel Machado (1 subturma)
 – Lic. António Neves (3 Subturmas)

TURMA DA NOITE (3/4 Subturmas)
 Coordenador – Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes
 Regência – Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes
 Colaboradores – – Lic. António Neves (3/4 Subturmas)

DIREITO PENAL III (Optativa A)

TURMA DIA (2 Subturmas) 2.º Semestre
 Coordenador – Prof. Doutor Augusto Silva Dias
 Regência – Prof. Doutor Augusto Silva Dias
 Colaboradores – Prof. Doutor Augusto Silva Dias (2 Subturmas)

TURMA DA NOITE (1 Subturma), 1.º Semestre
 Coordenador – Profª. Doutora Margarida Silva Pereira
 Regência – Profª. Doutora Margarida Silva Pereira
 Colaboradores – Profª. Doutora Margarida Silva Pereira (1 Subturmas)

DIREITO COMERCIAL III (Optativa B)

TURMA DIA, 2.º semestre
 Coordenador – Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos
 Regência – Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos

⁵ Distribuição a recompor no 2.º semestre.

15 subturnos = 4 assistentes
25 = 6/7 assistentes

REGRESSAM? (dependendo da renovação ou não renovação da dispensa)

David Festas
Francisco Mendes Correia
Inês Ferreira Leite
João Geraldes
José Alves Brito

Regressam:

José Esaca (com tese)
Luís Gonçalves da Silva (com tese)

Regressa (pedido)

Isabel Borges – Direito do Trabalho

TÊM DE ENTREGAR A TESE

Elsa Santos
Cláudia Monge

MOÇAMBIQUE

Catarina Sá Gomes

TERMINA CONTRATO

- a 19 de Setembro

Joana Pereira Dias

DISPENSA? (Dispensa pela 1.ª vez)

Nuno Aureliano
Nuno Pissarra
Paula Barbosa
João Calres
João Viana
João Gomes Almeida (não tem direito legal a dispensa)
Paulo Nascimento (duas dispensas obrigatórias)
Sofia Henriques
Tingo Fonseca

**I CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO MUNICIPAL, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DO
URBANISMO E DA CONSTRUÇÃO**

Em colaboração entre

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

e

INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DE CABO VERDE

2013

Coordenadores:

Prof. Doutor Dário Moura Vicente (FDUL)

Prof. Mestre Mário Silva (ISCJS)

Programa:

Módulo I – Direito Municipal Comparado – Prof. Doutor José de Melo Alexandrino, FDUL (1 a 5 de abril de 2013)

1. Caracterização, fundamentos e natureza do Direito Municipal
2. Elementos da história das instituições locais: Europa e África
3. As instituições municipais em perspetiva comparada
4. Elementos e perspetivas do Direito Municipal Lusófono
5. Seminário: Políticas de Descentralização (Mestre Luís Filipe Tavares – UNIPIAGET)

Módulo II – Direito Municipal Cabo-Verdiano I – Mestres José Pina Delgado e Mário Silva, ICJSCV (6 a 10 de maio de 2013)

6. A evolução do Municipalismo em Cabo Verde (Mestre José Pina Delgado)
7. Fontes do Direito Municipal Cabo-Verdiano (Mestre Mário Silva)
8. A Constituição de Cabo Verde e o Poder Local (Mestre Mário Silva)
9. Sistema de Governo Municipal I (Mestre Mário Silva)
10. Sistema de Governo Municipal II (Mestre Mário Silva)

Módulo III – Direito Municipal Cabo-Verdiano II - Mestres José Pina Delgado, Mário Silva e Floresvindo Barbosa, ICJSCV (3 a 7 de junho 2013)

11. O poder regulamentar municipal e a teoria dos regulamentos (Mestre Mário Silva)
12. Sistema fiscal municipal (Mestre Mário Silva e Mestre Floresvindo Barbosa)
13. O controlo do Poder Local (Mestre Mário Silva)
14. Direito da Cooperação Descentralizada (Mestre José Pina Delgado)
15. Seminário: A Associação Nacional de Municípios (Indicado pela ANMCV)

Módulo IV – Direito do Ordenamento do Território – Mestre Geraldo de Almeida, ICJSCV (8 a 12 de julho 2013)

16. Evolução e Fontes do Direito do Ordenamento do Território (Mestre Geraldo Almeida)
17. Princípios fundamentais do Ordenamento do Território (Mestre Geraldo Almeida)
18. Sistema Cabo-verdiano do Ordenamento do Território (Mestre Geraldo Almeida)
19. Seminário sobre política de ordenamento do território dirigido por Indicado pelo Ministério...

Módulo V – Direito do Urbanismo - Prof. Doutor Cláudio Monteiro, FDUL (2 a 6 de setembro de 2013)

20. Introdução ao Direito do Urbanismo
21. O estatuto jurídico do solo urbano
22. O regime jurídico dos planos urbanísticos
23. O regime jurídico da urbanização e da edificação
25. Seminário sobre Política Urbanística na cidade da Praia por... Indicado pela Câmara Municipal da Praia

Módulo VI – Direito da Construção – Prof. Doutor Luís Menezes Leitão (14 a 18 de outubro de 2013)

26. O Direito da Construção: autonomia, fontes e natureza.
27. A construção e os direitos de propriedade e superfície: o "ius aedificandi" e o licenciamento urbanístico. A acessão industrial imobiliária.
28. Os contratos relativos à construção de edifícios: promoção imobiliária, empreitada e compra e venda. Garantias concedidas ao adquirente.
29. As regras de construção e conservação dos edifícios.
30. A dimensão penal e contra-ordenacional do Direito Municipal, do Ordenamento do Território, do Urbanismo e da Construção (Seminário Coordenado pelo Procurador Geral da República, Dr. Júlio Martins Tavares)

CONDIÇÕES GERAIS DO CURSO

- 1) **Destinatários:** Licenciados em Direito ou noutras áreas científicas afins e profissionais ligados aos municípios, ordenamento do território, urbanismo e construção civil.
- 2) **Duração e carga horária do Curso:** o Curso tem início em Abril de 2013 e termina em Outubro de 2013. A carga horária lectiva total é de cerca de 60 horas. As datas indicadas no programa estão sujeitas a alteração, que será sempre previamente comunicada aos auditores do curso.
- 3) **Horário e local de funcionamento:** Cada módulo do curso terá lugar, em regra, de segunda a sexta-feira, das 18h00m às 20h00m, no Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde, e excepcionalmente aos Sábados das 9:00 às 11:00.
- 4) **Inscrições:** de 1 a 31 de Março de 2013, no Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde.
- 5) **Documentos a apresentar na inscrição:** uma fotografia, currículo e documento comprovativo de licenciatura.
- 6) **Preço:**.
- 7) **Avaliação:** será feita na base de um relatório com um máximo de 50 páginas, obedecendo ao formato A4, letra 12, espaço e meio, a entregar no prazo de quatro meses a contar da conclusão da parte lectiva do curso.
- 8) **Numerus clausus:** 40 alunos.
- 9) **Informações:** Para qualquer esclarecimento, pode contactar-se a Dr.^a Nazaré Varela, do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde.



Magnífico Reitor

Prof. Doutor António Sampaio da Nóvoa

Lisboa, 29 de Junho de 2012

Recentemente, no dia 30 de maio de 2012, a Assembleia da Faculdade de Direito aprovou, por maioria, um projeto de novo Estatuto que, na eventualidade de homologação pelo Reitor da Universidade de Lisboa, substituirá os Estatutos atualmente em vigor, os quais, assim sendo, terão uma vigência diminuta de três anos.

No momento em que se desencadeou o processo de revisão dos estatutos, o Conselho Científico, na reunião de 19 de Outubro de 2011, pronunciou-se, de modo unânime, contra a referida revisão, considerando que não se justificava, pois, atenta a reduzida vigência dos atuais Estatutos, ainda não estavam identificadas as necessidades da sua revisão.

Tendo em conta a deliberação unânime do Conselho Científico e como decorre do art. 97.º, n.º 5, dos Estatutos em vigor, a revisão não poderia alterar as regras que respeitam ao funcionamento e competências do órgão. Com efeito, do citado preceito, decorre que «Qualquer alteração aos artigos 61.º a 72.º requer parecer favorável do conselho científico».

Pese embora a regra dos Estatutos e a deliberação unânime do Conselho Científico, a revisão dos estatutos, que, verdadeiramente, implica a aprovação de novos estatutos e não a revisão dos vigentes, alterou regras que respeitam ao funcionamento e competências do Conselho Científico. De facto, do projeto de Estatutos constam alterações a regras de funcionamento e competências do Conselho Científico a três níveis:

- a) Alterações pontuais de artigos da secção respeitante ao Conselho Científico, por exemplo, é incluído um novo art. 43.º, n.º 2, determinando que o Presidente do Conselho Científico «é eleito de entre os seus membros com a categoria de professor catedrático ou a de professor associado com agregação»¹;
- b) Foram incluídas regras em capítulo autónomo – fora do capítulo respeitante ao Conselho Científico – que respeitam diretamente ao funcionamento e competências do órgão, concretamente o Capítulo III, sob a epígrafe «Grupos científicos» (arts. 62.º a 64.º), onde se incluem regras relativas à organização do ensino e da investigação, inquestionavelmente da competência do Conselho Científico;
- c) Foi eliminado o art. 97.º, n.º 5, dos Estatutos em vigor, deixando de subsistir, para futura alteração, a cláusula de salvaguarda, que exigia parecer favorável do Conselho Científico para alterações estatutárias que afetem o seu funcionamento e competência.

Perante estas alterações, que afetam profundamente o funcionamento e as competências do Conselho Científico, este órgão, em reunião de 6 de junho de 2012, por ampla maioria – 16 votos a favor e 5 votos contra – pronunciou-se contra tais modificações estatutárias, tendo aprovado duas deliberações:

- a) Exortar a Assembleia da Faculdade a reponderar o texto dos estatutos aprovados, em especial, as disposições que dizem respeito ao funcionamento e competência do Conselho Científico;
- b) Na eventualidade de a Assembleia não reponderar a alteração estatutária com as modificações que afetam o funcionamento e as competências do Conselho Científico, solicitar ao Senhor Reitor a apreciação da conformidade à lei do projeto de estatutos².

Nestes termos, em nome do Conselho Científico, solicitava ao Senhor Reitor que, pelos motivos indicados – particularmente o disposto no art. 97.º, n.º 5, dos Estatutos em vigor e deliberação do Conselho Científico que se pronunciou

¹ Foram igualmente introduzidas alterações pontuais nos artigos 47.º, 48.º e 49.º.

² Transcreve-se o teor da deliberação: «O Conselho Científico que, na reunião de 19 de outubro de 2011, se pronunciou desfavoravelmente em relação a todas as propostas que visassem a alteração dos Estatutos em vigor quanto às matérias da sua competência, deliberou, sob proposta do Professor António Menezes Cordeiro, com 16 (dezassex) votos a favor, 5 (cinco) votos contra e sem abstenções, que seja dirigido ao Reitor um pedido no sentido de proceder à verificação da legalidade das normas dos Estatutos aprovados, tendo em especial consideração as disposições sobre Grupos Científicos, que constituem matéria da sua competência, e a eliminação da “cláusula de salvaguarda” ou “de segurança” que condiciona a parecer favorável do Conselho Científico qualquer alteração dos artigos que lhe dizem respeito.»

unanimemente contra a alteração estatutária – ponderasse a legalidade do projeto de Estatutos da Faculdade de Direito que lhe foi enviado.

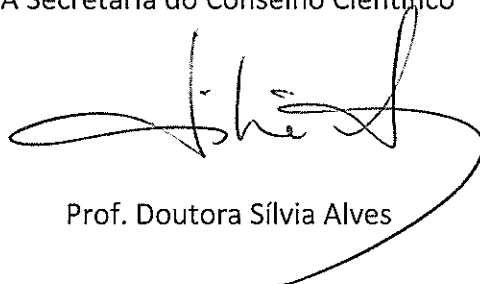
Apresento a V. Exa. os meus mais respeitosos cumprimentos,

O Presidente do Conselho Científico

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro Romano Martinez', with a long horizontal flourish extending to the right.

Prof. Doutor Pedro Romano Martinez

A Secretária do Conselho Científico

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Sílvia Alves', with a large, sweeping flourish that curves under the signature and extends to the right.

Prof. Doutora Sílvia Alves